

RELATÓRIO DE TRANSCRIÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REGIÃO OCEÂNICA
17 de agosto de 2016

RENATO BARANDIER - Meu nome é Renato Barandier, eu trabalho na Secretaria de Urbanismo e Mobilidade de Niterói, vou presidir e também para participar da audiência pública sobre a etapa de diretrizes para a revisão do Plano Diretor de Niterói. Tenho aqui ao meu lado na mesa a Secretária Municipal de Urbanismo e Mobilidade, Verena Andreatta, o subsecretário Gabriel, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Diretor de Urbanismo da Prefeitura, Fabrício Silveira, que vai participar da apresentação. A Secretária vai abrir a audiência, vai falar brevemente algumas palavras, na sequência o Fabrício e eu vamos fazer uma exposição sobre a estrutura, como é que se fundamenta a toda a estruturação das diretrizes do Plano Diretor e na sequência a gente abre para perguntas e respostas. Quem durante a apresentação ficar com alguma dúvida pode optar por fazer a intervenção no microfone, oral, ou fazer por escrito também, tem as duas opções. Para isso é só levantar a mão, e a Cristina e a Erica aqui, basta levantar a mão quem quiser fazer a perguntas as duas vão ter papelzinho para fazer ou inscrição para fazer a pergunta pelo microfone ou para poder também escrever a pergunta caso não queira vir aqui na frente falar, está bom? Eu passo a palavra para a Secretária Verena Andreatta.

VERENA ANDREATTA – Boa noite a todos e a todas, boa noite a mesa, nosso subsecretário Gabriel representando o Secretário Eurico Toledo, subsecretário de Meio Ambiente, o Diretor Fabrício Silveira, obrigada por compor a mesa. Boa noite a todos e a todas, agradeço a presença, nós estamos realizando um plano diretor participativo e esta já é a terceira etapa de audiências públicas que nós estamos realizando. Um breve histórico, depois o Renato e o Fabrício apresentarão, mas nós começamos em outubro do ano passado apresentando a etapa do Diagnóstico em todas as regiões da cidade e em abril desse ano nós apresentamos o cenário inicial e tendencial de Niterói se nada fosse feito e hoje nós estamos apresentando as diretrizes do Plano Diretor, o conjunto de diretrizes que nortearão o desenvolvimento de Niterói para os próximos dez, quinze anos. Como reza a lei do Estatuto da Cidade, estamos cumprindo todas as etapas mandatórias desse processo e eu gostaria mais uma vez de agradecer a presença de todos, e esperamos que as contribuições possam ajudar a internalizar as suas opiniões e propostas dentro do Plano Diretor buscando sempre que a participação seja efetiva dentro desse processo de planejamento. Então, eu passo a palavra para Fabrício Silveira.

FABRÍCIO SILVEIRA - Boa noite a todos. Vamos começar a apresentação. O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município. Esse é o cronograma que vem ocorrendo nesse processo de revisão. Começamos em 2015, eu e um grupo, a gente publicou o diagnóstico e fez as audiências públicas, internalizou as contribuições das audiências, depois elaboramos a fase de cenários de desenvolvimento entre março e abril de 2016, mais uma rodada de audiências públicas e agora estamos na fase de diretrizes, o relatório foi publicado há quinze dias atrás e agora estamos colocando para discussão para colher a contribuição da população.

Bom, este é o cenário atual, para situar a discussão. Área do município cento e trinta e quatro quilômetros quadrados, população atualmente de quase quinhentos mil habitantes, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois. O território de Niterói foi dividido no Plano de 1992 em cinco regiões de planejamento: região Praias da Baía, região Norte, Pendotiba, Região Oceânica e Região Leste, e cinquenta e dois bairros bem distribuídos pelas cinco regiões. A gente

vai ilustrar aqui agora o processo de crescimento da cidade nos últimos trinta anos, isso embasa o que está sendo proposto pelas diretrizes. Isso já foi apresentado nas outras fases de diretrizes. Vamos pontuar como foi a evolução urbana da cidade em alguns momentos importantes. Em 76 a Ponte Rio-Niterói tinha sido recém-inaugurada, e até então tivemos a ocupação tradicional da cidade. A cidade estava basicamente estruturada a partir da Estação das Barcas e um sistema de bondes que operava dentro de Niterói. O município se limitava basicamente ao Centro, Icaraí, Santa Rosa, São Francisco, Charitas região Norte, no Bairro do Fonseca ao longo da Alameda, e Barretos. As demais regiões eram de ocupações dispersas, muitas de casas de veraneio, na Região Oceânica alguma ocupação aqui na restinga de Piratininga, outros pequenos núcleos, e assim os outros territórios seguiam essa lógica. Nessa época o município se concentrava na Região principalmente Norte e Praias da Baía. Vinte anos depois com a construção da ponte, o que aconteceu? Com a popularização do automóvel, as pessoas foram morar mais distantes, num processo chamado de espraiamento urbano. Não ocorreu só em Niterói, ocorreu no Brasil e em várias regiões do mundo, várias cidades registram esse processo de espraiamento devido ao uso do automóvel. No Brasil ele foi muito intenso, em Niterói não foi diferente e a gente percebe a cidade crescendo em direção ao seu interior, principalmente com a expansão da Região Oceânica, Pendotiba em direção a Maria Paula, e Região Norte também se ocupando ali em direção ao interior, à Santa Bárbara e demais mais bairros, Caramujo, etc...

Bom, nos últimos vinte anos houve a continuidade desse processo e observa-se a redução das áreas verdes chegando atualmente a 56% do município coberto por áreas verdes e lagoas, que ainda é uma porcentagem muito boa entre área urbana e áreas naturais do município, realmente é um dos municípios de médio porte mais privilegiados do país. Essa é a situação que a gente tem hoje, último Censo do IBGE. Fazendo uma análise do que ocorreu, do que decorreu desse processo de espraiamento urbano a gente vai ver que a população entre 1970 e 1990 cresce 50%, enquanto que a área urbana cresce 310%, ou seja, não foi a população que cresceu muito mas o município teve que se expandir pois o modelo de ocupação que mudou. Então, a ocupação cresceu 50% só, mas a área urbana do município cresceu 300%, a população se espalhou pelo município com baixa densidade, basicamente residências unifamiliares, que é um outro modelo de ocupação que gera sempre o problema de dependência do automóvel que é o causador dessa saturação do sistema viário que a gente vive, não só em Niterói mas no país inteiro. E a gente vai ver aqui a evolução do número da população que saiu de 324 mil para 487 mil, crescimento de 50%, e a expansão da área urbana em quilômetros quadrados. A gente observa que a densidade demográfica no espaço urbano vai diminuindo, era uma cidade mais compacta, mais densa nos anos 70, como o Centro de Icaraí, e como a população se espalha no território ele vai perdendo densidade, de 17 mil habitantes por quilômetro quadrado vai caindo até chegar 8 mil. Isso gera impactos, principalmente no custo da infraestrutura, que vai ficando mais cara porque a população está espalhada pelo município e gerando problemas de mobilidade urbana. O retrato hoje da distribuição da população que é exatamente esse. Observa-se uma concentração da população principalmente em Icaraí e Ingá, próximo ao Centro e na região Norte, Fonseca, Barreto. O resto do município basicamente com densidade muito baixa e modelo de ocupação em residência unifamiliar. Já a região Oceânica foi ocupada nos últimos 40 anos. A gente observa aqui que o Centro mesmo tem uma densidade média a baixa, o Centro tem um esvaziamento no uso residencial, antes da Ponte muita gente morava no Centro que esvaziou-se a partir dos anos 70/80 com a população indo morar em outras partes da cidade. Aqui a distribuição do emprego no município que segue mais ou menos a lógica da densidade demográfica. A gente vai ver que o emprego está concentrado na região central que é o centro de negócios, Icaraí, Região Norte, e com alguma centralidade aqui onde a gente está, aqui perto entre o Trevo da DPO e o Shopping, alguma coisa em Charitas, São Francisco e Largo da Batalha, e outros pequenos pontos. Podemos observar em Várzea das Moças aqueles dois pontos lá que são as duas garagens de ônibus que tem lá em Várzea das Moças, a da Amapo e a da

Pendotiba, que geram muitos empregos, mas nesse caso a leitura tem uma distorção por que as pessoas não ficam lá, esses empregados não estão naquela região, estão pela cidade. Áreas de interesse social, basicamente assentamentos precários e favelas, como elas estão distribuídas no território e elas ocupam... A população de baixa renda ocupou principalmente as encostas, na borda das áreas de ocupação mais tradicional. Visto isso, agora a gente vai explicar qual foi a metodologia proposta para as diretrizes do Plano. Eu vou passar a palavra aqui para o Renato Barandier.

RENATO BARANDIER – Um dos primeiros passos que a gente precisa realizar para elaborar o Plano Diretor é, a partir dessa leitura do território que foi feita pelo Fabrício até aqui, é ter um breve resumo do diagnóstico, recebemos a audiência pública do diagnóstico, tivemos também a rodada das audiências públicas de elaboração dos cenários, agora estamos na etapa de diretrizes, e estamos na síntese de todo o trabalho realizado, o primeiro passo é o de macrozoneamento do município. Essa orientação vem do Estatuto da Cidade, de 2001, onde trata-se da obrigação de elaboração dos Planos Diretores e entre as normas consolidadas pelas boas práticas está o macrozoneamento do município. O Plano Diretor de Niterói de 1992, de uma forma muito inovadora para aquela época, já trazia o macrozoneamento fazendo uma inovação na realidade brasileira em termos de Plano Diretor, e o município agora tem que ter esse macrozoneamento, não apenas ambiental como foi lá em 92, mas para todo o município de Niterói. O macrozoneamento é dividido basicamente em duas unidades: a macrozona e a macroárea. Essas macrozonas e macroáreas são unidades, são porções do território que são verificadas e identificadas a partir das características comuns que eles têm. Ou seja, não se observa o bairro onde está inserido ou região, mas sim para as afinidades e para as semelhanças e também para as demandas comuns entre essas porções do território. E a partir daí a gente desenvolve os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e também as aplicações dos instrumentos urbanísticos e ambientais segundo essas macrozonas e macroáreas. Como o Fabrício explicou, Niterói sofreu um processo bastante forte de redução de suas áreas verdes nos últimos quarenta anos. Niterói tem para mais de 440 anos e em apenas quarentas anos da sua história suas áreas verdes foram reduzidas de 85% do território para pouco mais da metade. Então, o primeiro passo do macrozoneamento é estabelecer o que é uma área ocupada por assentamentos humanos, ou seja, o que é uma área urbanizada, que é tudo que a gente vê de cinza nesse mapa, que se refere à Macrozona de Estruturação e Qualificação do Ambiente Urbano. É tudo que se refere ao ambiente urbano que a gente está vendo em cinza. O restante do território, 133 quilômetros quadrados, quase a outra metade do território, constitui as áreas naturais, que segundo a proposta que a gente traz aqui hoje, fica proposto como Macrozona de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural. A partir das discussões anteriores, por exemplo, contribuições de colônias de pescadores, do setor naval da cidade e até a partir da questão do esporte, Niterói tem uma relação muito íntima com a sua costa, com o seu litoral. Então, de forma certamente inovadora, o Plano Diretor traz aqui a proposta de uma terceira macrozona, a Macrozona do Ambiente Costeiro e Marinho, que vai desde o limite administrativo com Maricá, toda a faixa de costa e de Baía de Guanabara até o limite com o município de São Gonçalo, que é a parte em azul aqui no mapa. Cada uma dessas três macrozonas, por sua vez, são subdivididas em macroáreas. Para começar a apresentar, vou falar das macroáreas relativas ao ambiente urbano. A primeira das macroáreas é a **Macroárea de Integração Metropolitana**. Essa macroárea compreende toda a área central de Niterói, desde a Ponta da Areia, o Centro, Bairro de São Lourenço, Bairro de Fátima, o Bairro Centro, Gragoatá, Boa Viagem e parte de São Domingos também. Essa macroárea, tem características marcantes relativas ao esvaziamento econômico e populacional desde a Ponte e da fusão do antigo Estado do Rio com o Estado da Guanabara, e é uma área que necessita de requalificação dos seus espaços públicos e acima de tudo é uma área de integração metropolitana. A partir do Centro de Niterói, a população tem conexão com o Rio de Janeiro, tanto pela Barca quanto pela Ponte, e com os municípios vizinhos do Leste Metropolitano

a partir do Terminal João Goulart. Uma outra característica marcante dessa macroárea é o movimento pendular. O Centro de Niterói tem aproximadamente cerca de vinte e cinco mil habitantes, ou seja, é uma área que dorme com vinte e cinco mil habitantes todos os dias e acorda com meio milhão todos os dias de manhã. Isso é um movimento pendular muito intenso. Para vocês terem uma ideia, a ligação entre Niterói-São Gonçalo é a segunda maior ligação no Brasil, no país, em termos de movimento casa-trabalho, só perde para São Paulo-Guarulhos. O maior depois de São Paulo-Guarulhos é Niterói-São Gonçalo, não é Niterói-Rio nem São Gonçalo-Rio é Niterói-São Gonçalo. Essa macroárea representa um potencial muito grande para a transformação urbana e para também crescimento, uma vez que é uma área que perdeu população durante muito tempo. A segunda macroárea é a **Macroárea de Urbanização Consolidada**, que o Fabrício mostrou no mapa de densidade ao que corresponde ao centro populacional da cidade. Três quartos da população de Niterói moram nessas macroáreas que estão apresentados nessa tabela nesse momento, aqui é Barreto, aqui é o Fonseca e a Alameda e aqui é a Ilha da Conceição, então essa macroárea ocupa toda da região Norte, pega Icaraí, Ingá e Santa Rosa, São Francisco, Charitas até Jurujuba. Ela compreende então todas aquelas áreas da urbanização consolidada antes da inauguração da Ponte Rio-Niterói. A terceira macroárea é a **Macroárea de Promoção da Equidade e de Recuperação Ambiental**, essa é uma área que tem limites muito misturados tanto com a região Norte, região do Barreto e do Fonseca, passando por Tenente Jardim, Engenhoca, quanto também no Largo da Batalha, tanto com Badú quanto com Morro da Viração aqui embaixo. Essa macroárea é onde estão as pessoas que mais precisam de assistência social do poder público, de equipamentos urbanos, como estabelecimento de unidades habitacionais, creches, equipamentos de saúde, saúde da família, essa é uma área onde a atenção social, a melhoria das condições sociais da população tem pedido um foco maior, além também da recuperação ambiental. Tem muitas áreas aqui, principalmente nos mosaicos da Região Norte, que têm potencial de recuperação ambiental muito grande. Por fim, a quarta e última macroárea do ambiente urbano, é a **Macroárea de Qualificação Urbana**. São aquelas áreas de urbanização mais recente, posteriores a Ponte Rio-Niterói principalmente, como a região de Pendotiba, a Região Oceânica, e aquela parte ali da Região Norte, de Santa Rosa e Tenente Jardim. Essas regiões são, como o Fabrício mencionou aqui, caracterizadas por serem de baixa densidade, são áreas espalhadas da cidade, também disse que 75% da população dessas macroáreas correspondem a metade do território urbanizado e a outra metade ocupada por aquelas 25% da população, então, com uma demanda muito grande por infraestrutura, por extensão dos serviços de transporte e de equipamentos urbanos, e também por qualificação da urbanização. A partir daí a gente entra nas duas macrozonas do ambiente natural. A primeira delas é aquela que apresenta um crescimento para as áreas de preservação, são quase todas as áreas de bordas entre aquela fronteira urbana e a fronteira natural, são essas áreas verdes aqui e que chegam até a parte ocupada da Região Leste, ou seja, Rio do Ouro e Várzea das Moças. As áreas que correspondem a **Macroárea de Contenção Urbana, Recuperação Ambiental e Uso Sustentável**, são aquelas áreas que tem o processo de ocupação ainda em andamento e como processo é fragmentado pela infraestrutura precisa ser contido para que a gente consiga preservar as áreas verdes que correspondem a última macroárea terrestre que é a **Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais**. A partir daí, a gente vem com as duas macroáreas marinhas, a da Baía de Guanabara que é a **Macroárea Marinha de Uso Intensivo** e a que corresponde às praias oceânicas de Niterói é a **Macroárea Marinha de Uso Sustentável**. Então a gente tem oito macroáreas e as diretrizes que vamos apresentar são segundo as características de cada uma dessas macroáreas. Obviamente, diversas diretrizes são gerais, do município como um todo, independentemente da macrozona e da macroárea aonde a porção do território se insere, e são as diretrizes gerais. Isso aqui é um resumo, eu tenho que lembrar que o documento já foi publicado há duas semanas, está no site planodiretor.niteroi.rj.gov.br, o documento está lá na íntegra e também esta apresentação está publicado no website. Voltando às diretrizes gerais, podemos mencionar aqui como mais significativo está o direito à cidades sustentáveis; a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização; o retorno para a coletividade da

valorização de imóveis decorrente de investimentos públicos; a distribuição de usos e ocupação do solo de forma equilibrada, proteção; preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído; utilização racional dos recursos naturais; regularização fundiária e urbanização e incentivo a produção de habitação de interesse social; prioridade para o transporte coletivo e modos não motorizados; simplificação da legislação urbanística e gestão demográfica por meio da participação popular. Essas são as diretrizes gerais voltadas para todo o município. Temos as diretrizes para o município e temos as diretrizes das suas macrozonas, aquelas mais abrangentes como eu já falei, a do ambiente urbano, a do ambiente natural e a do ambiente costeiro e marinho. Dentro da **Macrozona de Estruturação do Ambiente Urbano** nós temos a promoção do ordenamento territorial, que é parte do território que já foi ocupado pela população; e prevê a contenção do processo de espraiamento urbano e da expansão fragmentada até como forma de preservar o patrimônio natural que Niterói ainda tem hoje; estímulo ao uso misto como forma de reduzir a necessidade de deslocamentos motorizados, o Fabrício mostrou que o Centro de Niterói tem uma concentração muito grande de empregos, isso atrai a população não apenas de Niterói, mas como de todo o Leste Metropolitano; adequação do direito de construir à função social da propriedade; adequada distribuição para a população das atividades socioeconômicas, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos e comunitários, ao espaço urbano para evitar assimetria de concentração de equipamentos em uma porção do território e falta de ofertas em outro, e direcionamento do adensamento para espaços consolidados e com capacidade de infraestrutura, se não tem espaço para se construir perto da infraestrutura não se pode construir ali, além disso, redução das situações de vulnerabilidades urbanas que expõem diversos grupos sociais, especialmente os de baixa renda e implantação de corredores ecológicos dentro desse espaço urbano. Seguindo para a **Macrozona do Ambiente Natural**, a primeira diretriz é a conservação e recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas existentes; consolidação dos planos de manejo das Unidades de Conservação e Proteção Ambiental do município; contenção da expansão urbana sobre áreas de interesse ambiental e de proteção ambiental também; respeito à legislação que se refere à Mata Atlântica afinal é o seu bioma principal da cidade de Niterói. E por fim aqui ainda dentro das macrozonas, indo agora para a **Macrozona do Ambiente Costeiro e Marinho**, são diretrizes: garantia do livre acesso ao espaço público na zona marinha; implementar ações visando o desenvolvimento econômico nos setores da indústria naval e pesqueira, e a manutenção e a valorização das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais; promoção do desenvolvimento de atividades náuticas e de lazer, esportes e turismo, valorizando o potencial ilhéu; ordenação territorial da orla do município promovendo o desenvolvimento econômico sustentável, a manutenção desse patrimônio natural e as atividades de esporte, lazer e turismo incorporando as contribuições obtidas no processo participativo do Projeto Orla. Aqui cabe um comentário. O Projeto Orla que foi discutido durante alguns anos aqui em Niterói foi descontinuado pela Secretaria de Patrimônio da União, pela SPU, é um projeto que não existe mais. Para não se perder todo esse trabalho, uma das diretrizes, até foi conversado isso tanto na Conferência da Cidade quanto nas audiências públicas, nós estamos resgatando tudo que foi debatido também nesse Projeto Orla e trazendo como diretrizes para a Macrozona Costeira e Marinha, afinal de contas a Orla também está inserida dentro dessa macrozona. E aqui também a última compatibilização das ações do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro com as políticas públicas que incidem na zona chamada Zona Costeira, pois tem que ser completo o Plano. Até aqui foram apresentadas as diretrizes gerais, as diretrizes para cada uma das suas macrozonas, e a partir de agora eu vou apresentar as diretrizes para as Macroáreas do Ambiente Urbano, as duas Macroáreas do Ambiente Natural e as duas Macroáreas do Ambiente Costeiro e Marinho. Dentro da **Macroárea de Integração Metropolitana**, aquela que corresponde à área central de Niterói, primeira diretriz o aumento da densidade demográfica e da oferta habitacional com o turismo, isso é importante por diversos motivos, para regatar e fortalecer a principal centralidade não só do município mas de todos o Leste Metropolitano, para aproximar a moradia do principal foco de emprego da cidade, encurtando as distâncias e reduzindo a necessidade de deslocamentos longos

e por modos motorizados, ou seja, o automóvel, e também por transporte público, e por fim para tirar a pressão de outras regiões. As regiões de Pendotiba e Oceânica estão naquela Macroárea que Qualificação Urbana, são as duas regiões que mais cresceram nas últimas décadas na cidade, principalmente devido à pressão do processo de crescimento urbano que foi direcionado para essas regiões. É importante dar essa alternativa, dar o Centro como alternativa também para retirar pressão dessas regiões e das áreas verdes do município, se não esse processo de espraiamento em direção às áreas verdes tende a continuar. Outra diretriz, qualificação da integração e da oferta de diferentes sistemas de transporte coletivo. O Centro tem ônibus, o Centro tem barcas, tem uma integração intermodal que precisa ser qualificada, e tem potencial para receber novas se assim for preparado, como metro, como VLT, entre outras modalidades, a pé, bicicleta, são diversas modalidades que tem potencial aqui no Centro; valorização da paisagem e do ambiente urbano até com precaução por esses órgãos de transformação, fortalecimento da base econômica local, esse Centro agrega não só a administração pública mas também os setores produtivos da cidade, e fomento de atividades de inovação e economia criativa combinado com o potencial das Universidades, essa é outra característica marcante da área central. Existem cinquenta mil alunos universitários que se deslocam para o Centro de Niterói todos os dias, que é o maior polo universitário de referência do Estado do Rio de Janeiro. Isso tem um potencial a ser explorado também. E por fim aqui para a área central, requalificação dos espaços livres de uso público visando à melhoria da qualidade de vida e valorização e preservação do patrimônio cultural, afinal foi ali onde a cidade começou a crescer tendo uma necessidade de patrimônio cultural muito grande que precisa ser recuperado e preservado. Olhando agora para a segunda macroárea, que corresponde às áreas de urbanização consolidada, com os processos de adensamento de saturação viária, essa macroárea já tem apresentado níveis de saturação muito grande, tanto em termos de densidade de adensamento construtivo e populacional como de saturação viária, então é preciso ter um controle desses processos de adensamento aqui nesse canto da cidade; manutenção das áreas verdes significativas que estão dentro dessa macroárea; preservação de ambientes construídos por reutilização e conservação de imóveis de valor cultural, já que há inúmeros imóveis com valor cultural na região Norte e nas Praias da Baía; incentivo à fruição pública e fachada ativa e com espaço para usos mistos no térreo, que são parâmetros qualificadores da ocupação urbana, ao invés de fazer prédios cercados por muros que desconectam, que rompem a comunicação com o interior da edificação e a calçada por segurança, que deixam o passeio desertificado, é necessário retirar para a integração visual, para a permeabilidade visual até mesmo na fruição pública, o alargamento dos passeios onde falta calçada e fachada ativa, integrar fachada de lojas, ter uma atividade que melhora a comunicação entre o interior da habitação e o exterior e também promove o uso misto encurtando as distâncias. Por fim aqui o estímulo, a permanência e a expansão do comércio lojista tradicional nos bairros e as atividades que mantêm relação com a memória e a identidade cultural da cidade, isso é uma política econômica para fomentar o comércio tradicional, que é o grande empregador da cidade, mas que sempre sofre pressão ou de bancos e farmácias. Nada contra, mas a gente precisa também preservar a memória da cidade. Indo para a **Macroárea de Promoção da Equidade e Recuperação Ambiental**, como eu disse, as diretrizes são no sentido de promover a igualdade social, seja por meio da promoção da urbanização e da regularização fundiária dos assentamentos urbanos, seja pela promoção da construção empreendimentos de Habitação de Interesse Social, moradias populares, pela implantação de espaços abertos para o uso coletivo para a recreação dessa população, como parques, praças e áreas de lazer comunitários, incentivar a consolidação das centralidades de bairros que existem, existem várias pequenas centralidades que precisam ser não apenas reconhecidas, mas estimuladas dentro dessas comunidades e qualificação do sistema de mobilidade urbana afinal é a população que mais depende do sistema público de transporte coletivo que opere bem. Além disso, dentro do risco ambiental dessa macroárea, propõe-se a recuperação de áreas de preservação ou matas ciliares degradadas, ações de redução dos problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos. Essa macroárea tem uma outra característica por ser uma área com muitas

encostas inclinadas estão sujeitas a riscos geológico-geotécnicos, e precisam de ações de redução e prevenção desses problemas. Indo agora então para a **Macroárea de Qualificação Urbana**, aquela que inclui Região Oceânica, Pendotiba e parte da Região Norte, principalmente lá parte de Santa Bárbara, controle dos processos de adensamento, essa é a primeira diretriz. As áreas que mais cresceram na cidade nos últimos anos precisam ter o controle desses processos; promoção da mobilidade urbana sustentável; incentivo à consolidação das centralidades do bairro, como o Fabricio mostrou no Largo da Batalha, na Francisco da Cruz Nunes, entre o DPO e o Multicenter, são lugares que precisam ser fortalecidos até como forma de reduzir dependência de outras regiões, de outros bairros da cidade e necessidade de deslocamentos motorizados; melhoria das condições urbanísticas dos bairros, com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestrutura. Como são áreas de ocupação mais recente, há uma carência, uma demanda, maior por urbanização, por infraestrutura por drenagem, entre outras; valorização da paisagem e do ambiente urbano; salvaguarda da autenticidade da ambiência cultural e do *modus vivendi* da região, tanto Pendotiba quanto Região Oceânica tem características e modo de vida da população muito peculiar que precisam ser protegidas. Pendotiba tem aquela característica mais de casa de campo, de sítios e a Região Oceânica tem aquela ambiência de veraneio, de casa de praia, proximidade da praia. Esses ambientes precisam ter sua preservação garantida. Só podemos obter essas ambiências condicionando a ocupação urbana à preservação da memória e o direito a fruição da paisagem natural que é muito rica na Região Oceânica e em Pendotiba; recuperação e valorização dos bens e áreas de valor histórico e cultural que também tem nessas regiões. Ainda no que diz respeito à Região Oceânica temos como diretrizes, o manejo das águas pluviais urbanas e a garantia da permeabilidade do solo minimizando a ocorrência de problemas críticos de inundações, enchentes, alagamentos e escorregamentos de encostas, quando a população começa a subir essas encostas, além de remover aquela vegetação que protegia a encosta de deslizamento, começa a ocorrer o processo de assoreamento das áreas baixas, que ficam mais abaixo nessa região, então, é preciso garantir a permeabilidade do solo para que os problemas decorrentes de inundação sejam diminuídos; proteção das áreas de risco, nascentes e margens dos rios ou em bordas de preservação ambiental ou com impossibilidade de atendimento de infraestrutura e transporte coletivo, essas áreas precisam ser protegidas do crescimento urbano. Não se pode construir em área de margem de rio, de nascente, em borda de preservação ambiental ou até mesmo em áreas que não estão em nenhuma dessas, mas que estão longe da infraestrutura e dos serviços de transporte. Indo agora para a **Macroárea de Contenção Urbana, Recuperação Ambiental e Uso Sustentável**, contenção da urbanização para proteger o patrimônio natural que ainda é remanescente do município; criação de áreas de especial interesse agroecológico, isso tem muito a ver inclusive com a Região Leste de Niterói, de Várzea das Moças e Rio do Ouro; conservação e recuperação dos fragmentos florestais que existem nessa macroárea; compatibilização dos usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos, tem que levar em consideração a questão da inclinação das encostas; garantia de trafegabilidade das estradas conservando a permeabilidade, é preciso levar à redução de tráfego para a circulação dessas populações que já residem nessa macroárea, mas levando em consideração a permeabilidade do solo; incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as famosas RPPNs, é bom que se crie condições que favoreçam a criação de RPPNs do município. A segunda macroárea do ambiente natural é a **Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais**, que tem que ter a sua preservação prioritariamente garantida com a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, unidades de conservação, APAs (Áreas de Proteção Ambiental) APPs (Áreas de Preservação Permanente), ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico); proteção de mananciais que basicamente são as nascentes dos rios de todo o município; proteção das espécies vegetais e animais que existem nessa macroárea; implantação de infraestrutura, recursos humanos e mecanismos de gestão nas unidades de conservação; promoção do ecoturismo como uma forma de garantir a sustentabilidade econômica dessas áreas, proteção e recuperação das Lagunas, isso é totalmente ligado à Região Oceânica uma vez que as duas Lagunas do município, Piratininga e

Itaipu, estão na Região Oceânica. As duas últimas macroáreas, que são aquelas que integram a Macrozona do Ambiente Costeiro e Marinho. A primeira delas é a **Macroárea Marinha de Uso Intensivo**. Essa macroárea de uso intensivo é fácil de entender, é toda a costa do município que está dentro da Baía de Guanabara, e que vai da ponta de São Francisco até a Barra do Porto do Rio de Janeiro. Essa macroárea que abrange toda a costa da Baía de Guanabara e tem como diretrizes: ações de melhoria da qualidade das águas que alimentam a Baía de Guanabara; consolidação e capacitação das colônias de pescadores existentes, temos muitas no Centro e em Jurujuba; recuperação e preservação dos ecossistemas costeiros, implantação de ciclovias na orla do município e promoção da sustentabilidade nas praias da Baía. Agora indo para a última macroárea de preservação dos ecossistemas, a Macroárea Marinha de Uso Sustentável, ela compreende o equivalente a RESEX (Reserva Extrativista Marinha), área de abrangência da RESEX de Itaipu, e parte também do PESET que pega ali na Ilha do Bananal, a enseada do Bananal. Para essa área de costa das praias da Região Oceânica, que abrange as praias da Região Oceânica, temos como diretrizes: incentivo a polos gastronômicos relacionados a pescados como fator de indução do desenvolvimento econômico e atração do turismo para as praias; consolidação e capacitação das colônias de pescadores que existem, por exemplo, a de Itaipu; regularização e requalificação dos quiosques na orla e implantação de infraestrutura para serviços de salva-vidas, de atendimento ao turismo e banheiros públicos; acessibilidade universal para o acesso às praias da região; consolidação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação do Monumento Natural da Praia do Sossego; priorização da preservação, recuperação e manutenção das condições ambientais do cordão arenoso litorâneo das praias da Região Oceânica; ordenação das atividades esportivas e sinalização dos setores de riscos ao esporte náutico para compatibilizar o uso náutico com segurança; e por fim a adoção de diretrizes do plano de manejo do PESET relativas à zona marinha de proteção integral junto a Enseada do Bananal, e incluir no Plano Diretor aquelas diretrizes de responsabilização do PESET no que diz respeito à área costeira e marinha, como a realização de planejamento específico para a área da Vila dos Pescadores de Itaipu, que compatibilize os múltiplos interesses existentes no trecho como: urbanização, a pesca, comércio, a moradia, o lazer, o turismo, a preservação daquela área, os esportes, a acessibilidade entre outros. Concluindo esta apresentação, temos as diretrizes que trabalham com a superfície do território, que formam um sistema de estruturação territorial, que aquilo que garante que todas as diretrizes têm condições estruturais de serem elaboradas, então é a partir delas, do sistema de estruturação territorial, que vão ser traçadas as transformações estratégicas propostas para o Plano Diretor compostas pelos seguintes elementos estruturadores do território: o primeiro deles, são três, é a **Rede de Centralidades Locais**. No início desta apresentação mostramos uma área com alta concentração no Centro, muita concentração também em Icaraí e Santa Rosa, principalmente na parte dos estaleiros de construção naval na zona central da cidade, então a partir do Centro a gente tem a principal centralidade do município, dentro da hierarquia de centralidades. A partir daí são identificadas outras subcentralidades muito fortes no município, Icaraí, Santa Rosa, o Largo da Batalha na Região de Pendotiba, e um trecho da Francisco da Cruz Nunes entre a DPO e o Multicenter, que é o principal ponto concentrador de empregos e de oportunidades urbanas dentro da Região Oceânica. Seguindo daí, temos as centralidades locais, que são aquelas que têm qualidade e oportunidades urbanas, mas que tem uma abrangência mais local, ou de centro de conveniência, como se fossem centros de bairros. São observadas por toda a Região Norte, pelas Praias da Baía, principalmente em Viradouro, São Francisco. Nas áreas de expansão mais recentes da cidade, como Pendotiba e Região Oceânica elas ficam mais afastadas, mais dispersas entre si. Essa rede de centralidades local é importante e precisam ser reforçadas, por isso é preciso identifica-las, mas também de propostas de conectividade entre elas. A partir daí entra o segundo elemento estruturador do sistema que é a **Rede dos Eixos de Estruturação da Qualificação Urbana**, são todos os principais eixos da cidade que conectam esses pontos entre si ou com os outros que existem no município e também com o Centro de Niterói. Prioritariamente, as transformações destes eixos são mais estruturais e devem ser orientadas pelo Plano Diretor. E por

fim, o terceiro componente desse sistema territorial é a **Rede Territorial Ambiental**, é composta pelos sistemas de áreas verdes da cidade, e se soma às centralidades que existem no território e à rede de estruturação de transportes, e é constituído tanto pelas unidades de conservação, os parques, como por todas as praças que existem na cidade e os espaços verdes abertos, toda a rede hídrica, que incluem as Lagunas de Itaipu e de Piratininga. Esse é um sistema que a partir do qual todo esse movimento de transformação não só urbana, mas de requalificação ambiental, é estruturado. Bom, novamente eu convido todos a lerem o documento que está no nosso site www.planodiretor.niteroi.rj.gov.br. Esse documento é fácil, é só clicar, você baixa ele, e tudo isso que explicamos hoje, com detalhamento de tudo que falamos e ainda de outros conteúdos como, por exemplo, diretrizes setoriais. Temos diretrizes, por exemplo, para assistência social, para educação, para saúde, para mobilidade, para o desenvolvimento econômico, que constam desse documento básico para discussão. Essa é a primeira das cinco últimas audiências públicas dessa etapa de diretrizes, se, por acaso, vocês estão aqui hoje e não tiveram acesso a esse documento antes, podem ler, não se preocupem, tem outras quatro audiências públicas uma em cada região, a gente vai ter no Centro, na Região Norte, na Região de Pendotiba e na Região Leste, é só escolher a data mais conveniente, o acesso mais conveniente e compareçam as próximas audiências para que a gente possa discutir essas diretrizes lá. Sendo assim eu agradeço a atenção de todos e vamos abrir para as perguntas. Obrigado.

CARLOS SERAFIM – Boa noite a todos, meu nome é Carlos Serafim, eu sou morador aqui da Região Oceânica, sou membro do COMPUR, Conselho de Políticas Urbanas, e estou fazendo uma questão de ordem na audiência pública em função de que como conselheiro não recebi e nem vi a ata da última reunião onde foram chamadas as audiências públicas. Segundo, como cidadão eu não consegui ver em lugar nenhum o chamado para essa audiência pública. O que eu estou fazendo é, primeiro pedindo uma explicação, mas já claramente questionando o vazio de uma região que está sofrendo profundamente quando a gente tem só duas vias e nesse momento nós temos só uma. Sou morador de Cafubá. É questão de ordem, quero primeiro uma explicação da mesa sobre o chamado dessa audiência pública por que essa audiência pública diz, segundo os julgamentos, que é a participação popular, a participação do cidadão de Niterói nas questões do Plano Diretor que é a base de desenvolvimento da cidade que afeta cada um de nós. Por exemplo, tinha um comerciante agora querendo saber se esse aqui era o local onde tinha que ser discutida essa questão, É sim, é sim. Está fechada toda a região comercial de bairro do Trevo de Piratininga até o DPO.

RENATO BARANDIER - A secretaria Verena Andreatta vai comentar.

VERENA ANDREATTA – A primeira pergunta do Carlos Serafim, a metodologia da audiência foi explicada aqui logo no início da reunião, não sei se você estava presente, mas nós podemos explicar novamente. A apresentação, então, constou de uma abertura e tinha uma explicação aqui por parte do Diretor Fabricio Silveira. Com relação ao chamamento a esta audiência pública, nós cumprimos o ritual da lei, apresentação do documento no site da prefeitura, no site da Secretaria de Urbanismo, na página específica do Plano Diretor, que você como conselheiro já tem anotado essa página. Esse documento foi colocado no site, fizemos no Facebook da prefeitura em termos de comunicação e também em três jornais de grande circulação, essa documentação toda foi publicizada há quinze dias atrás. E na reunião do COMPUR que nós tivemos há uma semana, quinze dias atrás, também foi informado que se iniciariam as audiências públicas a partir de meados de agosto dessa fase de diretrizes. Inclusive o conselheiro sabe bem que nós adiamos essa etapa de diretrizes do mês de junho, quando seriam realizadas as audiências dessa etapa das diretrizes, por conta da realização da Conferência da Cidade. Então, isso foi bastante informado no COMPUR, que as audiências previstas para junho, essa etapa de audiências seria transferida para agosto

para internalizarmos dentro dessas diretrizes que os senhores acabaram de escutar todas as propostas advindas do processo da Conferência da Cidade. Foi um processo participativo, tivemos duzentos delegados, e isso foi bastante noticiado. Eu lamento, eu acho que a comunicação muitas vezes é difícil, mas eu tenho a tranquilidade, eu tenho as atas das reuniões do COMPUR onde essas informações foram dadas, nós informamos em todas as reuniões do COMPUR dos últimos dois anos questões relacionadas à realização do Plano Diretor, eu procurei informar sempre em todas as reuniões aos conselheiros e a nossa página web também tem sido uma página onde toda a documentação e toda a cronologia, e o calendário dessas reuniões tem sido colocados. Então, eu acho que a resposta é essa eu não sei se o Renato quer complementar. Bom, então, eu vou convidar o Renato para seguir aqui a ordem das perguntas realizadas por aqueles que pediram o uso da palavra.

RENATO BARANDIER – Eu vou dar prosseguimento para a parte de perguntas, das manifestações, lembrando que a gente estabelece aqui um prazo para que todos tenham a possibilidade, todos os presentes tenham alguma chance de se expressar, de tirar suas dúvidas, a gente dá o tempo de três minutos para formulação de cada uma das perguntas, está certo? Então, começamos pelo Senhor Gonzalo Peres do CCRON (Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói).

GONZALO PERES - Boa noite a todos, boa noite a mesa, eu tenho algumas observações a fazer. Uma delas já foi feita aqui, e é a necessidade de uma melhor comunicação e incrementar a participação da população, dos comerciantes, dos empresários aqui na Região Oceânica. Não se vê uma participação adequada e em termos como resposta é de que não sabia, não foi comunicado, etc. Realmente o material gerado pela Secretaria de Urbanismo é ótimo, mas é muito material, muito, muito material, é difícil de você ler tudo e é difícil de separar aquilo que é do interesse original. Há algumas coisas que são importantes, está acontecendo uma obra muito grande aqui na Região Oceânica, está acontecendo obra de urbanização no Cafubá, obras em diversos lugares, e há uma reclamação generalizada que já foi dita aqui de que as obras não tem a sua execução planejada, trazendo uma série de infortúnios para todo mundo. O que está sendo proposto aqui no Plano e o que está sendo proposto na Conferência da Cidade atende perfeitamente o que o CCRON considera que é importante para a Região Oceânica. Para não alongar, explicar cada detalhe, e o CCRON está entregando um ofício com as observações referentes aos principais pontos que eles consideram relevantes. Só lembrando de que quem mora em Cambinhas é uma opção de vida, não é questão muitas vezes de dinheiro, mas ele preferiu Cambinhas a morar em Icaraí, eu acho que isso tem que ser respeitado e a Prefeitura tem que desenvolver a infraestrutura de acordo com o desenvolvimento da região. Hoje aqui já precisamos de um hospital de emergência, que tenha maternidade. Não tem. Então, não adianta querer incentivar, vamos dizer, aumentar a população se isso não vem, primeiro deve vir, isso tem que ser feito, que é o desenvolvimento da estrutura da Região Oceânica. Da mesma maneira que nós achamos que administração regional da Região Oceânica deve ter autonomia, alternativa, para realizar as coisas. O prefeito dizer a toda hora que aqui eles são meros ouvidores não adianta nada, tem que ter aqui uma estrutura para atender a Região Oceânica. E lembrando que nossas necessidades são muito grandes e nós não gostaríamos de deixar passar em branco uma necessidade de aprofundar a discussão sobre as nossas comunidades carentes aqui da Região Oceânica, que são elas que estão crescendo provavelmente mais do que a própria região. Outra coisa também na documentação, pra fechar, na documentação da Secretaria de Urbanismo aparecem dois números bem diferentes, um da Fundação Getulio Vargas que diz que vai haver uma estabilização do número de habitantes aqui na Região Oceânica daqui a pouco, e outro documento gerado também pela Secretaria de Urbanismo baseado nos

pedidos de construções mostra um crescimento da Região Oceânica nos próximos dez anos de quarenta mil pessoas. Então, os dois não batem. É bom que isso seja esclarecido, que não seja hoje, depois. Obrigado.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Gonzalo. O próximo é o Antônio, que fez a pergunta por escrito. “Qual o motivo para o fechamento dos acessos à Cambóinhas?” Ninguém aqui na mesa tem informações sobre isso.

PAULO - Boa noite, meu nome é Paulo. Essa é a segunda vez que eu faço uma pergunta em audiência pública para os senhores, e os senhores não têm a condição de me responder. Vou pedir que na próxima audiência pública os senhores venham um pouco mais preparados para poder atender as nossas reivindicações e as nossas dúvidas. Por favor, é o que eu estou pedindo. A primeira pergunta que eu fiz foi sobre estacionamentos para bicicletas pelo novo sistema de ônibus que está sendo implantado na região. Ficaram de me responder por e-mail, eu continuo aguardando o e-mail. Vou aguardar essa resposta também por e-mail? Ok, obrigado.

RENATO BARANDIER - Obrigado, Paulo. Só uma questão de ordem aqui, como eu disse, foi uma falha minha, eu não percebi que a primeira foi por escrito, a gente vai fazer um bloco de cinco perguntas orais e o comentário pode ser após cada uma das respostas de cinco. Essa aqui eu coloquei no bloco de perguntas orais, mas eu vou fazer também um bloco de perguntas por escrito que serão respondidas também em bloco, está certo? Bom, o próximo a fazer uso da palavra é o Carlos Marins.

CARLOS MARINS – Boa noite a todos, boa noite a mesa. A minha dúvida sobre o nosso Plano Diretor seria a respeito das construções e das APAs da nossa região. Eu gostaria de perguntar, principalmente à Verena que está participando - o que será feito até que o nosso Plano Diretor seja aprovado e esteja no ar sobre essas áreas, sobre as licenças de construção na Região Oceânica? A pergunta depois é respondida, não é? Porque nós estamos com sérios problemas na Região Oceânica nas nossas áreas verdes. Semana passada, no Cafubá, extensão do Morro da Viração, todo mundo conhece, próximo à entrada do túnel Charitas-Cafubá nós nos deparamos com um grupo de trabalhadores, engenheiros com plantas, compreende? E simplesmente entrando, desmatando o Morro da Viração, entrando numa faixa de sessenta metros pra dentro do Morro da Viração, dizendo que tinham autorização da Prefeitura e demarcando o loteamento no entorno do Morro da Viração e levando até o final da Rua Sete. Nós conseguimos embargar, a população se juntou, chamamos a polícia militar, esse pessoal saiu, nos comunicamos na mesma hora com o vice-prefeito, o Sr. Axel, e ele no dia seguinte nos mandou o subsecretário de Meio Ambiente junto com a guarda florestal dizendo que não sabia do que estava acontecendo. Nós marcamos uma audiência como o vice-prefeito. Eu luto com o Axel Graef há mais de vinte anos, ele é ambientalista e juntos lutamos pelo Morro da Viração. Acontece o seguinte, na terça-feira nós convidamos a reportagem do Jornal O Globo, chamamos o Globo para presenciar aquilo, por que nós trabalhamos dessa maneira. Aliás, eu não me apresentei para vocês. Eu sou o Carlos Marins, sou do grupo de ação popular, uma organização não governamental com vinte anos de luta na Região Oceânica, não sou político, não pretendo ser, a nossa luta é Meio Ambiente e Ação Social. O que acontece? Nós chamamos o jornal O Globo, mostramos para a reportagem a população participando, no mesmo dia fomos ao Ministério Público e nós já temos uma ação no Ministério Público e um Termo

de Conduta assinado pela Prefeitura de Niterói junto com a Urbanizadora Piratininga que nos disse e disse para eles que não pode nada ser construído em área de APA. Reiteramos, fomos ao Ministério Público, desarquivamos esse processo, esse processo está em andamento e eu gostaria de ter a participação da Prefeitura de Niterói para não permitirmos esse crime ambiental. Uma outra coisa, eu não sei se os senhores estão sabendo, mas a Prefeitura deve estar sabendo, que um grupo de empresários de Niterói conseguiu uma ação, ganhou uma ação que a Ministra Carmem Lucia concedeu a eles a respeito de uma área em Itaipu que nós estamos lutando, já fizemos demarcação, o INEA já esteve lá, já demarcou. Eles vão querer construir ali atrás onde tem o antigo *flash*. Ganharam uma ação utilizar a área toda dali que é de manguezal, a lagoa secou, toda aquela área dali, nós precisamos estar atentos. E mais uma coisa, a urbanizadora Piratininga chegou lá falando que vai construir prédio e vai demarcar a área de proteção ambiental. Eu peço a ajuda de todos vocês e nós temos que lutar para tentarmos proteger as áreas de Mata Atlântica que temos no município. Muito obrigado.

RENATO BARANDIER – Obrigado. O próximo é o Vereador Daniel Marques.

VEREADOR DANIEL MARQUES - Boa noite a todos e a todas, como a gente costuma fazer e normalmente a mesa também, a gente sempre faz os encaminhamentos do mandato por escrito e as contribuições por escrito por que é muita coisa e aí o debate é muito técnico e a gente acaba perdendo tempo aqui. Mas antes eu queria fazer uma pontuação de justiça aqui. Marins, eu recebi essa denúncia no mesmo dia, foi a Prefeitura que foi ao local constatar essa invasão, foi a Prefeitura que interditou, você sabe disso, a Secretaria de Meio Ambiente com fiscais concursados, então, não foi o jornal, não foi ninguém, foi a Prefeitura que fez. Recebi de quatro moradores, cito o nome, Rinaldi e a Gisela me ligaram, e realmente não tem história de prédio ali, a prefeitura foi lá, Secretaria de Meio Ambiente... Não, agora é meu momento de falar. Você fala depois de novo, não tem problema nenhum.

Foi chamada a Secretaria de Meio Ambiente, tem notificação e processo administrativo e o senhor pode pedir cópia, como todo mundo pode fazer, a cópia é pública, ajudará no processo e a luta é nossa, não estou querendo separar, estou querendo só dizer e fazer justiça que assim que tomou ciência a Prefeitura. Eu sei por que eu fui, eu estava lá como Coordenador da Frente Parlamentar. Então, palavras, o vento leva. O processo administrativo tem número, data quando ele nasceu, quais foram as ações. Então, eu estou aqui para ajudar. Pega o processo, embasa a sua representação no MP e vamos em frente por que é isso que a gente tem que fazer. Isso é sobre uma coisa que eu queria falar, eu vi aqui uma colocação sobre Plano de Manejo, a gente falou um pouco sobre a Praia do Sossego, mas como a gente define macrozona e macroárea, Renato, eu acho que a gente tem que incorporar, até para que não tenha novos problemas como esse, o Niterói Mais Verde inteiro no Plano Diretor. São quinze milhões de metros quadrados de área protegida que não permitirão fatos como o relatado pelo Carlos. É disso que estamos falando. Agora, não se pode tomar todas as propriedades particulares para definir unidade de conservação. Seria necessário indenizar um por um, nesse caso o município não teria como para pagar indenização a todas as propriedades da cidade de Niterói. Por isso, muitas vezes se usa o fundo de lote, e é autorizada a ocupação de quem está perto do eixo viário, de forma a proteger toda a área verde que está atrás. E isso que tem que ser feito. Senão é balela, é parque de papel, é APA de papel, não se segura e acaba acontecendo o que você citou, a Ministra Carmem Lucia dá uma que derruba uma área de um parque que nasceu por Lei, se expandiu por Decreto. Ela é Ministra do STF, não perdemos luta porque não fez coisa julgada, por que o órgão tem que julgar pelo Colegiado. Fizemos audiência pública aqui pelo mandato, nosso mandato fez uma audiência pública aqui e uma na Câmara para debater e proibir que essa aberração nasça daí. São vários blocos numa área alagada

dentro do Parque Nacional da Serra da Tiririca e agora, em tese, fora, por que derrubaram a área do parque. Eu queria fazer uma última ponderação rápida, para nossa reflexão. Niterói já gastou R\$ 61 milhões de reais, em contenção de encosta e tem previsão de gastar mais R\$ 140 milhões, em contenção de encosta. Isso me parece um momento de reflexão, porque se estamos fazendo tanta encosta e 95% é em área ocupada, o que está nos faltando talvez seja o controle dessa ocupação irregular e aí é melhor gastar pra não deixar cair e a Prefeitura tem que gastar para levar água e esgoto e é dinheiro de todos nós. Precisamos melhorar. Não estou tirando de forma nenhuma, a minha responsabilidade de parlamentar e ex-secretário. As ações acontecem, a dificuldade é enorme, a gente sabe que o tráfico de drogas está dentro da cidade, mas eu queria dar a sugestão que se incluía, em todas as macroáreas, as áreas de preservação permanente. É isso que eu queria fazer, reflorestamento de topo de morro, demarcação desses topos de morro dessas áreas de preservação por que aí a gente começa coordenar essas ocupações também. As outras coisas eu entrego por escrito. Obrigado. Obrigado mesa.

RENATO BARANDIER - Obrigado, Daniel. O próximo inscrito é Alexandre Raposo. Eu vou só pedir atenção ao tempo, por que já temos mais de quinze pessoas inscritas e se cada um observar os três minutos todos nós.....Obrigado.

ALEXANDRE RAPOSO – Boa noite a todos, boa noite a mesa, a Secretária e a todos o presentes. Já que está se discutindo o Plano Diretor, eu acho que isso é preocupação de todos que estão aqui, também reclamar da falta de publicidade das convocações para a presença daqueles que são os maiores interessados que são os moradores da Região Oceânica. Eu queria primeiro começar por conta das intervenções da TransOceânica, e acompanhando o noticiário, eu quero começar com uma pergunta que foi publicado no Diário Oficial da Tribuna no dia cinco de agosto ordem de paralisação. Estamos concedendo ordem de paralisação ao convite, e aí tem um número, firmado com a empresa Masterplan Consultoria de Projetos e Execução objetivando a execução de obras e serviços da elaboração de estudos de impacto de vizinhança para o projeto do corredor viário da TransOceânica. No momento que se discute um Plano Diretor visando à melhoria, obviamente que todas as intervenções públicas tragam benefícios à população, e a gente aqui já ouviu de alguns colegas que o problema da invasão de área de preservação e Mata Atlântica que é um crime, um crime irreparável para uma região tão bela como a Região Oceânica. Sábado a noite eu fui jantar na casa de uns amigos, aqui atrás na Fazendinha, e eles vieram de São Paulo, eles vieram aqui uma vez na praia e decidiram mudar de São Paulo pra cá por que acharam isso um paraíso e estão aterrorizados com o que está acontecendo na Região Oceânica. Então, eu gostaria de saber por que dessa paralisação do estudo de impacto ambiental e aí questionar principalmente por conta dessas intervenções e de todo o transtorno, se houve o estudo do impacto de vizinhança para essas intervenções? Se ele foi feito, ele foi paralisado, ou não foi feito? Isso está incluído nas futuras intervenções do Plano Diretor? Primeiro ponto, caso ele tenha sido feito, por que ele não foi publicado? E uma outra e última pergunta, por conta da ausência desses estudos, os parâmetros de valorização imobiliária não foram comprometidos, ou seja, o calculo do IPTU dos imóveis que estão sendo impactados? Por que segundo a cartilha do próprio Ministério das Cidades, ele informa que dentro dos seus critérios, ele avalia que é de suma importância o estudo de impacto da vizinhança, o EIV, ele precede qualquer licença urbanística e ambiental que é analisada. Então, a pergunta é: houve estudo? Ele foi paralisado? Não foi paralisado? Não houve? O que isso pode decorrer, e a gente tem visto as denúncias, se você for para a internet você vai ver vários vídeos do esgoto sendo lançado na Lagoa, de denúncias como essa de desmatamento, da morte de animais... Eu fui alguns dias aqui atrás eu vi vários animais mortos, segundo os moradores por conta do

impacto ambiental das explosões fora de horário. Então, a minha pergunta é: houve, não houve, foi paralisado, ou se todo Plano Diretor vai ter a ausência de um estudo de impacto de vizinhança?

RENATO BARANDIER – Obrigado, Alexandre. A última pessoa do primeiro bloco é Regina Paiva.

REGINA PAIVA – Boa noite a todos e todas. Bom, eu queria começar pelo processo de participação. Não vou falar da convocação, vários já falaram, mas a gente tem participado de muitas audiências públicas, participamos de todas as audiências públicas da Operação Urbana Consorciada no Centro de Niterói, todas as audiências do PUR de Pendotiba, e a gente vem reiteradamente fazendo a sugestão de mudança da prática e da rotina das audiências públicas. Ou seja, a mesa fala uma hora e nós temos que fazer um exercício de síntese de três minutos. Depois nós temos um Plano Diretor que, de acordo com o Estatuto das Cidades, deve ser participativo. De acordo com todas as normas, todas as orientações do Ministério das Cidades, deve ser participativo. Para ser participativo precisamos ter muitas rodadas de discussão, e ele precisa ter uma linguagem, Daniel, não técnica, não hermética, mas ele tem que ter uma linguagem simples, para que possamos exercitar depois inclusive o controle social da sua aplicação, se nós não entendemos o Plano ele não está servindo pra nada, por que somos nós que devemos entender e somos nós que devemos fazer o controle da sua aplicação. E aí eu fiquei me perguntando qual é o objetivo dessa audiência? Por que o Renato explicou muito bem, mas muito rapidamente, essa audiência também começou pontualmente que é uma coisa rara de acontecer. Estamos acostumados há esperar meia hora, quarenta minutos na reunião do Conselho de Política Pública e em muitas audiências. Hoje cheguei atrasada, perdi uma parte, ou quarenta minutos. Agora, eu queria fazer algumas observações e não dá pra discutir tudo, a minha proposta era que cada parte do Plano fosse exaustivamente discutida por aqueles que moram na região, o que não é possível. Ou nós fazemos o nosso dever de casa ou vamos ficar olhando o trem passar. Algumas coisas que tem aparecido, muito nos documentos elaborados pela prefeitura. Requalificação dos espaços públicos, isso é uma coisa que vem aparecendo e a gente não sabe bem o que é. Chamou-me atenção falar que a gente vai incentivar a moradia no Centro de Niterói que é um centro diferente de outras cidades porque tem moradias, vilas, prédios de quatro, cinco andares. Eu vejo pessoas às vezes conversando na calçada, coisa que eu via na vila da minha avó, os vizinhos conversando. Então, o Centro de Niterói já tem essa dinâmica, e nós temos um OUC pairando na nossa cabeça que não é este Centro que está sendo construído, está proposto, então, isso é uma coisa. A outra coisa é na parte de saneamento, são propostas soluções alternativas para os assentamentos populares. Eu pergunto: Por que soluções alternativas para os assentamentos? Por que não para os bairros da Classe Média? Por que sempre o alternativo nas áreas mais pobres? E aí quem vai fazer a manutenção? Porque tem soluções que depois exigem uma manutenção periódica para funcionar. Depois está posto também que o plano de saneamento deve ser revisto. Qual? Porque que eu saiba Niterói ainda não tem um plano de saneamento. Os mapas nos documentos estão sem legenda, pelo menos a gente não conseguiu achar, só tem um mapa e não tem a legenda. Com relação à habitação...

RENATO BARANDIER - Três minutos.

REGINA PAIVA - Eu sei mais eu gostaria de terminar. Com relação à habitação está colocado controlar a expansão das comunidades, que, aliás, o Daniel também chamou atenção pra isso. Eu

costumo dizer que a gente só vai conseguir isso se a gente oferecer moradia digna como alternativa para o trabalhador pobre, por que se não, se a gente não reserva a área para construir moradia, se a gente não constrói moradia com preço acessível e se a gente não recupera esses assentamentos, a população pobre vai continuar morando mal, morando em áreas que não são destinadas à ocupação, e ocupando áreas que não estão sendo ocupadas pelas outras classes, simples assim.

PROFESSOR RICARDO- ...E aqui foi feito um resumo. Eu acho que esse resumo já tinha que estar disponível no site antes desse tipo de reunião pra gente chegar preparado e para colocar as perguntas que a gente julgasse convenientes. Portanto, primeiro, eu solicito que esse tipo de material, um resumo como feito aqui, seja amplamente divulgado na nossa cidade, que seja em papel, seja na internet, pra gente ter material disponível, compreensível por todos pra ser avaliado antes de participar de uma reunião como essa. Segundo, esse tipo de reunião tem que ser o mais amplamente divulgado possível, aqui eu não estou falando em termos legais, o que está previsto na lei. Eu não sei quantos jornais, etc., por que nem sempre a gente tem acesso a esse tipo de material. Eu descobri casualmente que essa reunião aconteceria hoje, tem ampla divulgação dela no Facebook, criei inclusive um evento, comuniquei em vários grupos aqui da região oceânica, Amigos do Cafubá, SOS Região Oceânica, etc. Então, eu acho que esse tipo de divulgação tem que ser parte da estratégia de construção desse tipo de documento, por que o Plano Diretor é a constituição de uma cidade, todo o norte legal, o projeto da cidade para o futuro. Então, esse projeto tem que ser construído através de uma ampla participação popular de todos os setores da sociedade, e essa participação só é possível se ela fornecer as informações de uma forma acessível a todos. Então, eu faço uma proposta aqui de encaminhamento para que além das audiências públicas legais, que sejam feitas outras reuniões com o caráter o mais amplo possível de participação, que seja feito um esforço de divulgação do evento bem como do material necessário para participar desse debate, estamos apenas á colocando questões, as mais variadas possíveis, que não podem ser respondidas pela mesa porque esse tipo de processo é muito complexo. Infelizmente, não faz parte da tradição da sociedade, da história do Brasil, eu estou falando isso como historiador, e, infelizmente, isso não é a regra. Mas, mesmo assim, eu acho que o material produzido pelos órgãos responsáveis pela Prefeitura é excelente. Eu fiquei particularmente impressionado e concordo com alguns que me precederam que disseram que não ter nada a se opor em relação às diretrizes, elas são perfeitas, elas são fantásticas. Agora a questão, como muito bem colocou uma senhora que veio aqui nesse último bloco, como transformar essas diretrizes abstratas em políticas públicas? Isso só vai ser possível através de dois instrumentos: primeiro, a participação de todos na elaboração desse processo e também depois a participação na manutenção dele, e segundo, o Estado, no caso a Prefeitura, com condições de implementá-lo. E o Paulo aqui chamou atenção de que infelizmente nós vivemos um período histórico que a prefeituras tem muitos poucos recursos. Então eu também pergunto, assim como ele, como que a Prefeitura construirá cotidianamente esse Plano Diretor? Eu moro perto do túnel, eu fui pra lá procurando sossego, eu queria ficar perto da floresta e agora a estrada vai passar na porta da Fazendinha. E agora eu fiquei particularmente estressado por que a gente vai virar porta de entrada da Região Oceânica. Não é só o caso de Niterói, isso é um problema do Brasil, as prefeituras têm muito poucos recursos, quase todo recurso é concentrado na União. Como que a Prefeitura, com todas as carências financeiras, de recursos materiais, de corpo técnico, de todo esse arsenal de necessidades para implementar esse tipo de projeto, vai realizar esse Plano Diretor? Então, eu sugiro que a gente faça reuniões, pelo menos duas além das cinco, pra que a gente tenha um pouco de espaço para discutir, por que a gente não está discutindo nada infelizmente, eu não tenho espaço, eu não tenho tempo pra isso. Não é um problema da mesa, é um problema do próprio processo. Só isso.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Ricardo. Próximo inscrito, Sr. Marcelo Moreira.

MARCELO MOREIRA – Todo mundo acha que eu tenho dificuldade com o tempo, mas eu vou ser sucinto. Bom, a primeira coisa que eu queria colocar é com relação ao processo. Eu sou morador aqui da Região há vinte e cinco, quase trinta anos, e não é de hoje que respostas como essa que a gente recebeu aqui: “Ah, fizemos o que a lei mandou, publicamos em dois jornais, pé de página não sei onde e isso, aquilo e aquilo outro”. A verdade é que os nossos governantes não têm interesse que a população participe. Alguém perguntou aqui: “O que a gente está fazendo aqui?”. Não, uma das pessoas que falou aqui. Nós estamos aqui para legitimar um processo para que depois a Prefeitura possa dizer o seguinte: “Não, fizemos um Plano Diretor participativo”. Na verdade é um plano “faz de conta” que foi participativo. Esse é o problema. Porque esse tipo de resposta, Secretária, me desculpa. “Nós fizemos o que a lei manda”. Ótimo, então, publicou uma notinha no pé de página e aí ficou com a consciência tranquila de que fez o mínimo necessário. Não. Quando a Prefeitura tem efetivamente o interesse na participação, ela faz o seguinte... Faz o que fizeram numa manifestação pela paz que a Prefeitura organizou, todos os funcionários da Prefeitura foram “obrigados” a participar, saiu em todos os jornais, matéria de capa, saiu em todos os *outdoors*, em todos os meios possíveis de divulgação. Então, é isso que nós precisamos. Isso aqui é coisa séria. Como foi dito aqui pela pessoa que me antecedeu, isso aqui é o que vai determinar a qualidade de vida nossa no futuro. E tem mais, a gente está aqui falando como se isso aqui fosse novidade, na verdade existe uma palavra aqui chamada revisão. Isso significa que o Plano Diretor já existe desde 1992 e tem muita coisa que está escrita aqui muito bonita, muito legal, muito bacana, mas que simplesmente não é cumprida e em que, infelizmente, não há meios da Prefeitura, como foi falado aqui, de fiscalizar, de fazer cumprir. E não devemos aceitar essa falácia de que a Prefeitura não tem dinheiro. Nós que eu digo, nosso bolso. Dos nossos impostos estão sendo gastos R\$ 310 milhões de reais para fazer essa estrada que está acabando com os nossos bairros. Então, o que nós poderíamos fazer dessas propostas com trezentos e dez milhões de reais. O que nós poderíamos fazer de contenção de encostas, de preservação ambiental, de melhoria de qualidade de vida, de escolas, enfim, de tudo que foi falado aqui de qualidade de vida, o que nós poderíamos fazer com R\$ 310 milhões? É isso, isso que nós temos que nos questionar e cobrar da Prefeitura isso. Acabou esse negócio de a Prefeitura fazer tudo bonitinho e chegar aqui com tudo pronto, desembrulha, joga e dá quatro minutos pra gente reclamar. Precisamos sair da nossa zona de conforto por que estão tocando a gente pra fora dela. Estão invadindo os nossos bairros. Estão abrindo as nossas cancelas. Estão acabando com a nossa paz, estão acabando com os nossos animais, estão acabando com tudo em nome de um progresso que não pedimos. Eu acho o seguinte, por exemplo, falou-se em limitação de adensamento das encostas de ocupação irregular. Só pra concluir, isso é conto da carochinha por que há muitos anos eu vi Boa Esperança nascer e crescer, Inferninho nascer e crescer, e todo mundo dizendo que tinha que conter. Só que quem está vindo pra cá é mais voto. Gente, é mais voto. Então, quem quer obter voto nessas comunidades não vai fazer elas pararem de crescer nunca. A não ser que nós pressionemos, está na hora da sociedade civil organizada tomar posição e começar a cobrar esse direito. A cidade tem que ser para todos, o governo tem que ser para todos, não para o que está lá em cima ou para o que está aqui embaixo. A cidade tem que chegar para todos. Muito obrigado.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Sr. Marcelo. O próximo inscrito é Carlos Serafim.

SERAFIM – Com o maior respeito às pessoas que estão representando o Poder Público aqui, eu devo dizer que se conseguirmos escutar o cidadão que está aqui, temos que aprender mais alguma coisa mesmo com a formação que eles têm. A primeira questão é a grande mentira de que o poder público olha, escuta a gente. A gente está vivendo um caos na Região Oceânica. Essa Secretaria

se chama de Urbanismo e Mobilidade, se vocês não têm influência na relação com a NITTRANS, se vocês não têm influência na obra da Transoceânica, é problema de vocês. Nós penamos todos os dias com essa situação. E falo mais, revisão, como falou o cidadão antes de mim, é reeleição. Quando a gente vai ver cada uma das diretrizes do Plano, não podem cumprir. É adensamento, é imobilidade, é esgoto, não separa da questão de saneamento. Sou mais um cidadão e como tal, as pessoas que me precederam me representam, A primeira é para a Secretaria de Meio Ambiente, que é o fechamento da entrada e a ilha que tem aqui na lagoa de Piratininga. Não é mais uma ilha, é uma península, ou seja, hoje só tem um canal, a água entra por um lugar e sai na entrada de Camboinhas. Sabe o que isso significa? Assoreamento e finalmente o mesmo projeto de Moreira Franco. Essa história toda dos últimos, de 92 para aqui que é lotear a beirada de Lagoa de Piratininga era verdade. E a outra questão é o que colocou o Sr. Carlos Marins. É a denúncia que eu faço em todos os governos. Essa região toda foi propriedade dos Cruz Nunes. Não é casual que se chame Cruz Nunes. Os Cruz Nunes continuam invadindo a Rua 54, sessenta metros para cima, recuperaram, e os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente legalizaram toda essa região que agora está nascendo em cima do túnel que não existia, com os investimentos de trezentos e dez milhões, que estão sendo pagos por nós, por nossos filhos e nossos netos por que isso aí é para o nosso futuro. A dívida é para o nosso presente e nosso futuro. Então por que, eu lhe pergunto, esses governantes não questionam a Urbanizadora Piratininga e expropriam todas as suas propriedades? Eles não pagam IPTU e quando se valorizam fazem uma ação. E sabe o que acontece? Acontece isso, jagunços vão e demarcam em Cafubá semana passada e a Prefeitura legaliza centenas de terrenos em volta do túnel. Você não vai ter tranquilidade não, vai ser cada dia pior.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Carlos. A próxima inscrita é a Sra. Heloisa Freire. Ainda faltam, depois da Sra. Heloisa, cinco inscritos e por causa da fala a gente tem mais ainda um tempo para inscrições, mas ao final da fala dela, a mesa considera encerradas as inscrições. Combinado?

HELOISA FREIRE – Boa noite a todos e a todas, eu sou da Universidade Fluminense, e também sou moradora da região há mais de vinte e dois anos e sou moradora de Niterói desde criancinha. Bom, primeiramente, eu queria reforçar várias falas que me antecederam. Primeiro em relação ao processo, realmente concordo com todos que falaram aqui que esse processo não é participativo. Na verdade isso é um processo aonde a Prefeitura vem e nos comunica o que ela já planejou. Isso não vem de hoje, como a Regina também falou e como outros falaram anteriormente, quem já vem participando dessas discussões que a Prefeitura vem apontando, que é uma obrigação dela, ou seja, discutir Plano Diretor, discutir Plano Urbanístico, quem já viu ela esses anos todos fazendo, é esta forma que ela faz. Ela vem com tudo já pré-definido e nos comunica e a gente fica aqui fazendo esse papel mesmo, que parece de palhaço. Desculpa, mas é assim. Eu também me sinto assim, não tenho uma enorme vontade de vir, mas eu sempre venho pra pelo menos falar isso, uma hora a gente vai conseguir mudar isso. A outra coisa é também em relação a algumas reformas que se deram aqui. Eu sou moradora da região, sou engenheira também, minha área de pesquisa é o saneamento e drenagem e venho falando sobre esses problemas de ocupações na região, e uma coisa que me chama atenção, como também já falaram, as diretrizes são ótimas, mas até para proposta, se é que a gente consegue fazer alguma proposta e seja realmente acatada, é fazer um plano de drenagem. Essa região não vem com esses problemas de drenagem não é de hoje. Por quê? Eu nem vou culpar esta Prefeitura, eu vou culpar Prefeituras desde a época de sessenta que aprovaram esses loteamentos que nós estamos morando neles hoje, só que ele aprovaram sem considerar as bacias hidrográficas, então o que aconteceu? Quem entende tenta ir de bicicleta e vai acompanhando o Rio da Vala, acompanha o João Mendes, pega o Santo Antônio, vocês vão ver que os rios somem debaixo das casas, então o que aconteceu? A Prefeitura aprovou e na

verdade é proibido fazer isso. Não sei se vocês sabem, mas isso já vem sendo proibido lá de antemão, a gente tem a legislação de 1930 que proíbe isso, só que a prefeitura aprovou. Tem muitas casas que aprovadas, com RGI, aprovadas na Secretaria de Urbanismo. Eu não estou falando dessa Prefeitura, eu estou falando de outras prefeituras também. Então foi isso que aconteceu. Só que no começo foi tudo lindo, tudo bonitinho, por que as pessoas ficavam do lado do rio, a água era limpinha, enfim, só que a gente tinha uma área enorme e ainda a água de chuva batia no solo, penetrava no solo e formava os nossos lençóis freáticos. Só que, com o crescimento da região o que acontece com isso, que foi falado aqui anteriormente? Isso se chama impermeabilização do solo. As casas impermeabilizam o solo, e com isso a chuva bateu nelas e escorreu correndo para os rios. Com isso os rios foram ocupados pelas casas, as suas seções foram diminuídas, com isso tem essas inundações que nós vimos agora. Não é só Região Oceânica não, eu morei anos, eu nasci em Santa Rosa. Em Santa Rosa, o rio é o Viçoso Jardim, ele passa debaixo, debaixo do Estádio Caio Martins, e também some e depois aparece no Campo de São Bento, depois some e aparece lá na Ary Parreiras. Então, ou seja, é um problema sério Niterói de drenagem. A Prefeitura vai ter investir sim, vai ter que talvez indenizar muitas casas por que ela permitiu isso. Então, nós temos realmente que fazer um plano de drenagem sério por que tem vidas aí em jogo, têm famílias inteiras que estão perdendo as suas casas, os seus bens e até mesmo com as suas vidas por conta disso. Então, é uma proposta em relação à drenagem, por que eu acho que isso aqui é uma demanda que a gente está ouvindo em todas as audiências dessa região, a Região Oceânica foi a que mais sofreu nessas últimas chuvas, mas não é só ela. Então, enfim, é uma proposta que também espero vocês acatarem. A outra questão, é em relação ao que vai acontecer com a nossa Região Oceânica. Por quê? Eles estão com uma intenção, de adensar o Centro de Niterói, que eu acho incoerente. Não sei se vocês repararam no mapa de desemprego, ou melhor, o de emprego, que mostra o Centro como todo vermelho, grená de empregos e, no entanto, eles falam que é uma região que não está habitada, é uma região que está em decadência, e na verdade é a região que mais emprega em Niterói. Então, é totalmente incoerente isso, mas tudo bem, por que a OUC já foi aprovada pela Câmara dos Vereadores, então existe o projeto de adensamento do Centro. Mas aí quando eles falam que a Região Oceânica vão conter o crescimento aqui, a minha grande questão é: primeiro, fizemos um BRT. Um BRT, gente, qualquer veículo, qualquer indutor, qualquer meio de transporte, ele tem um foco de crescimento. Então, ou seja, fizemos um túnel, que era uma demanda até acredito que muita gente queria aqui, mas enfim, é um indutor de crescimento. Me diz como nós vamos segurar esse crescimento? Por que se for igual ao que eles fizeram em Pendotiba... Não sei se vocês sabem o que eles fizeram em Pendotiba recentemente. Eles botaram um monte de prédios, se você pegar toda a Avenida Caetano Monteiro, o Plano Urbanístico de Pendotiba vai ter prédios de oito andares quase em toda a via. Então, eu quero saber qual é a proposta que realmente a Prefeitura tem para conseguir coibir esse crescimento? Por que se for intensificar ou verticalizar essa região para fazer isso eu acho que precisa perguntar se queremos isso. Por que na verdade nada que está sendo colocado aqui foi discutido por nós. E aí, aquele senhor que é de São Paulo, o senhor deve lembrar uma coisa. O Plano de 92, o Plano Urbanístico da Região Oceânica, por pior que tenha sido em termos assim... Não estou dizendo que resolveu nossas questões, mas fique sabendo, ele foi discutido bairro a bairro, bairro a bairro. Eu moradora do Engenho do Mato fui numa audiência lá onde eu moro. Teve audiência bairro por bairro nessa região. Fique sabendo, eu não assino uma audiência mais, sabe por quê? Por que simplesmente a gente fica legitimando isso. Vários vereadores aqui da Prefeitura já tentaram cancelar as audiências, cancelar esses projetos, e não conseguiram sabe por quê? Para o Ministério Público eles falam “nós fizemos tantas audiências, nós convocamos no pé de página no jornal, nós convocamos...”, ou seja, eles realmente obedeceram o rito, então, está tudo aprovado. Então, é isso que está acontecendo. Então para mudarmos isso, vou retomar uma questão, vamos pedir mais audiências. Desde o começo do Plano Diretor que está sendo discutido aqui já foi pedido isso, e na verdade eles simplesmente fazem ouvido de mercador, o pessoal quase que bateu na Prefeitura dizendo que não podia ser discutido dessa forma e eles mantiveram as mesmas propostas. São quatro audiências só, ao total vão ser

quatro audiências só na a cidade inteira pra discutir esse Plano. Há outras coisas, mas a questão do plano de drenagem eu gostaria que vocês pudessem falar um pouco mais e uma outra questão, é o que foi falado e vocês não responderam, com relação aos mapas. Os mapas não estão em anexo, tem um mapa sem legenda nenhuma que vocês colocaram na pauta.

RENATO BARANDIER – Obrigado. Próximo inscrito, Sr. Fernando Tinoco.

FERNANDO TINOCO - Bom, boa noite, eu sou Fernando Tinoco, morador do Engenho do Mato. Eu estive presente aqui na última audiência também e eu só fiquei sabendo que estava no site essas... Que chamaram aqui de devolutiva, devolutiva, está lá no site do Plano Diretor, mas eu procurei lá algumas propostas, algumas propostas que a gente fez aqui na última audiência e não encontrei. Não encontrei. É verdade que algumas coisas entraram, mas entraram de uma forma tão genérica, tão ambígua, que você lê uma proposta que está em cima, lê a debaixo, a debaixo inviabiliza a de cima. Então, eu não estou entendendo de que forma vai funcionar isso, de que forma isso vai virar projeto de lei. Isso aqui é uma coisa, o que está no site é um documento base, um documento que está sendo apresentado aqui e tal, mas que depois vai ter que virar projeto de lei. Como que vão construir esse projeto de lei? É isso que a gente tem que discutir aqui, o que vai estar no projeto de lei. Não basta discutir essas diretrizes todas. Vão estar o projeto de lei? Duvido muito. Então, quais são as prioridades? Na última reunião aqui eu falei do Plano Diretor de 92, que o companheiro falou aqui também, e li um pedaço do Plano Diretor de 92 que fala, que cita os locais, por exemplo, os locais prioritários naquela época para receber obra de drenagem. Coincidência ou não, claro que não é coincidência, são os mesmos aqui da Região Oceânica. Está no Plano Diretor, artigo 210, está lá, Santo Antônio... Tudo isso que a gente fala aqui do Cafubá, do João Mendes, está tudo lá. Mas, está lá colocado que eram prioridades, estão listados ali. Da outra vez, a mesa falou para o pessoal: "Aqui não é um espaço para discutir caso a caso a questão da drenagem". É óbvio que é, e eu acho que isso deve entrar na lei. Temos que começar a discutir o que vai entrar no projeto de lei. Isso sim tem que ser participativo, por que senão não é participativo, a gente vai discutir aqui um monte de diretriz e depois eles vão sentar lá e vão fazer a mensagem executiva para mandar para a Câmara sabe-se lá com o quê. A gente não vai participar disso. Ficam aí todas as falas. O modelo de gestão que não é participativo desde a convocação da audiência. Audiência na Região Oceânica tem faixa, a gente botava faixa nos bairros, bota faixa em todos os lugares de grande circulação. Não foi feito. A gente preenche aqui essa lista de presença com e-mail e celular e não recebe nada. Para que é isso? É um cadastro de campanha do Rodrigo? É o que isso aí? Por que isso não recebe nada, não recebe nem aqui, nem na audiência que é realizada na Câmara, em lugar nenhum. Acho que temos que fazer uma representação. Não é por que fez em outras vezes e não deu certo não. Eu acho que a gente tem que fazer uma representação, juntar aquilo que a gente está filmando, que todas as falas sem exceção denunciaram a falta de convocação adequada. Então, que a gente junte essa fita que está sendo filmada e que a gente prepare um documento e envie para o Ministério Público dizendo isso. Pelo menos na questão da Região Oceânica. Eu não estou acompanhando as outras regiões. Mas, na da Região Oceânica, esse tipo de audiência não vai valer, não pode valer. Essa interpretação é equivocada, interpretação de Estatuto da Cidade que acha que tem que fazer burocraticamente uma audiência, está equivocada. Nós temos que brigar contra esse tipo de interpretação. É igual audiência de orçamento, a LOA, a LDO, publica lá, o vereador chega e se não tem ninguém abre e encerra a audiência. Não pode. Tem que se esforçar, tem que ir nos bairros avisar o que é isso, vamos construir. As pessoas vêm, apresentam suas propostas e nada daquilo é implementado, nada daquilo é colocado no documento final, então, é isso que a gente tem que reivindicar. O que vai entrar no projeto de lei? Vamos começar a construir a minuta do projeto de lei, vamos começar a construir a mensagem e fazer

novos encontros, encontros em bairros, encontros localizados, pra ter detalhado isso. O Plano Diretor tem que ser revisto de dez em dez anos. Nós passamos por uma experiência agora de construir o Plano Municipal de Educação, como o Plano Nacional, Plano Estadual, que é um plano também que tem validade de dez anos. Então, o que a gente pode trazer de aprendizado do processo de construção do Plano Municipal de Educação. Acho que a gente tem que começar a botar prazo. Por que o Plano Diretor não pode ter prazo? Se é uma lei que vai valer, a gente já sabe que tem que ser revisto de dez em dez anos, a gente pode estabelecer prazo no Plano Diretor, a gente pode criar artigos que estabeleçam prazos, que digam é emergencial a obra tal, tal, tal, que o município deve realizar no prazo tal. Sabe que tem dinheiro. Só de publicidade, e aí onde que vai essa publicidade? R\$ 16 milhões por ano, quatro anos de governo, gastos em publicidade que podiam ser gastos em drenagem, em obras de melhoria da cidade, não serviu nem para fazer publicidade da audiência por que publicidade institucional também é isso. Por que não usa a publicidade institucional para mobilizar as pessoas? Não usa. Então, dinheiro tem. Dinheiro tem, está mal aplicado e a gente tem que lutar para mudar esse modelo de gestão, se não vai continuar a mesma coisa.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Fernando. Próximo inscrito, Sr. Carlos Boechat.

CARLOS BOECHAT – Boa noite. Primeiro, eu acho que todo mundo que falou aqui tem razão, eu acho que realmente tem fazer mais discussão, eu acho que realmente tem que fazer um resumo que pode ser mais entendido, mais expedito, eu acho também que nós não estamos cumprindo nosso papel e a prefeitura faz o dela, bota no site, bota não sei onde. Eu quero saber aqui se alguma associação aqui convocou os seus moradores? Quero saber aqui se algum de vocês convidou um ou dois... Isso que eu estou dizendo, olha como isso está vazio! É muito triste. Eu quero dizer que o nosso povo também não se interessa. Poucas são as pessoas que vem discutir isso aqui. Isso facilita que as coisas sejam feitas dessa maneira. Vocês estão fazendo dessa maneira por conta disso.

Falando do Plano Diretor, eu acho que realmente é necessário fazer um resumo, eu acho que é necessário que a gente tenha mais discussão sobre isso, Secretário, Secretária. A Região Oceânica é aquecida, a gente sabe que é aquecida ainda mais com o advento dessas obras todas, elas vão ficar prontas. Lá no Rio de Janeiro explodiram a Perimetral, quero saber que não xingou a mãe do Prefeito. Hoje está lá todo mundo feliz da vinda, passeando por lá. Vamos fazer o seguinte, vamos brigar para ter mais discussão, ter mais audiência. Temos que resolver essas coisas. Agora vou falar do loteamento Santo Antônio. Eu como morador do loteamento Santo Antônio também estou indignado por que houve um compromisso e até hoje não foi nem licitado. Você tem toda razão. Como morador do bairro Santo Antônio eu estou até hoje ligando, discutindo para ser recebido. O processo voltou para o Tribunal de Contas pela décima vez. Sofro como vocês. Então, o terreno Santo Antônio está sofrendo pela falta de cumprimento da promessa feita pelo nosso Vice-Prefeito, pelo Diretor da EMUSA, prometendo há três anos atrás e estamos esperando isso acontecer. Agora, voltando ao Plano Diretor, eu considero de suma importância que a gente debata mais vezes. O Plano Diretor estava sem ser revisto desde 92. Alguém veio aqui discutir, alguém discutiu, alguém pediu pra que fosse revisto? Está aí desde 92. Não é um programa de Governo e sim é um programa de Estado, é de Estado, não é de governo, tem que cumprir o que está nele. Em 92 cumpriram? Não cumpriram nada. Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Carlos. A próxima inscrita é a Sra. Sueli Pontes.

SUELI PONTES – Boa noite a todos, eu sou arquiteta, sou presidente da ONG SOS Lagoa, faço parte do CLIP (Subcomitê do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga), faço parte da gestão da segurança da Região Oceânica, a gente busca estar sempre fazendo parte, apoiando o que busca uma qualidade de vida nossa. Então, eu gostaria de pedir a mesa primeiramente que me escute. A Região Oceânica é peculiar por que temos a parte costeira, nós temos as lagoas, nós temos a Mata Atlântica, então, eu gostaria de fazer uma solicitação a vocês que faça parte do Plano. Nós temos um local, Ninhal, que fica no Morro da Viração, é o único local da Mata Atlântica que toca a Laguna de Piratininga, e é importante que seja preservado de fato. Eu consegui que isso fizesse parte do documento do CLIP. Eu consegui também colocar no documento da CCRON. É um local que é um santuário, que vocês podem pensar em questão do túnel, como vai ser, alguma coisa que circunda a Lagoa de Piratininga, mas nós temos o ninhal ali. Outra coisa, eu moro em Piratininga e eu tenho passado pelo Forte Imbuhy. Então, eu estou sempre passando pelo Forte, eu saio em Charitas, e eu já tive situações, e passo no meio da mata, é uma coisa assim de lavar a alma. Eu tive situação de ficar parada em trânsito em Charitas, ali no gargalo. Talvez

esse túnel dê uma solução maior para o trânsito daqui, mas acho que tem que ser muito bem pensado. Eu peguei um domingo de praia, e precisava buscar uma pessoa no Rio e fiquei parada no trânsito mais de meia hora para atravessar Charitas. Outra coisa, foi feita em 2002 uma discussão grande aqui na Região Oceânica sobre a questão do Plano Urbanístico da Região Oceânica. Nós temos mais de dez bairros aqui na Região Oceânica e cada uma com uma situação peculiar, com características, com problemas, com situações próprias. Foi discutido na época, bairro a bairro, ou juntou dois ou três bairros, mas foram feitas várias discussões na época e a pergunta é: essa revisão desse Plano Diretor vai cancelar o PUR? Assim, se vocês quiserem colocar aqui na fração tal do bairro tal seja permitido prédio de dez andares, isso vai ter que passar por uma revisão do PUR ou vocês com o Plano Diretor vocês vão ter o poder de mexer nessa parte toda que já foi discutida com a população? Ou seja, isso é apenas uma questão de uma diretriz para ser discutida futuramente com o Plano Urbanístico de cada setor? Setor da Região Oceânica, setor das Praias de Baía, Norte, Região Leste. Ou seja, vai ser só de diretrizes mesmo? Essa revisão desse Plano, vai propor um adensamento em determinada área, determinado bairro, determinada fração como a gente tem do PUR vai poder fazer isso ou aquilo? Vocês poderão fazer isso? A pergunta é essa.

RENATO BARANDIER – Está bom, eu vou abrir uma exceção aqui para essa penúltima. Acho que ela está querendo agora a resposta para continuar com a pergunta. Vou só fazer uma parte aqui explicativa sobre o processo de planejamento da cidade. O Plano Diretor, como já eu disse, dá diretrizes, ele dá direção, que todas as políticas públicas deverão se orientar. O Plano Diretor traz, além do macrozoneamento, macroáreas, as diretrizes para cada uma dessas áreas e os instrumentos para ir de acordo com as instâncias federais e tudo mais e eventualmente já traz até algumas restrições objetivas. Agora, o que você está perguntando sobre PUR, assim como falaram aqui o Plano de Educação, poderia falar o plano de saneamento, o código de obras, código de ruas, plano de mobilidade, todos esses planos são planos setoriais, esses planos tem que obedecer as diretrizes propostas pelo Plano Diretor, mas só a revisão de cada um desses planos vai alterar os efeitos desses planos. Ou seja, no caso do PUR da Região Oceânica, o Plano Diretor vai trazer diretrizes e vai determinar que seja revisto o PUR e quando assim foi feita a revisão dos parâmetros construtivos, gabarito, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, isso fica por conta da revisão do PUR da Região Oceânica obedecendo toda aquela normativa de diretrizes estabelecidas pelo novo Plano Diretor.

SUELI PONTES –Então, quer dizer, ficou claro então que vai ser feita uma revisão futura do Plano Urbanístico e que aí vai ser discutido bairro a bairro quais são as propostas aqui da Região. É isso? Então, eu fico mais tranquila.

RENATO BARANDIER – Muito obrigado, Sueli. O último inscrito da noite, Sr. Gilson Cesar. Enquanto ele se apronta aqui eu gostaria de registrar a presença do nobre vereador Paulo Eduardo Gomes.

GILSON CÉSAR – Boa noite. Essa discussão de audiência pública vem a longo e tenebroso inverno. Desde 1989, da criação do CCRON que nós temos os mesmos problemas. No fim essas reuniões não tratam do plano apresentado, seja ele qual for, trata-se da oportunidade da comunidade dizer os seus problemas, das suas dificuldades. Sra. Secretária. Por exemplo, esse Plano Diretor seria feito com a audiência pública, mas em duas ou três. De que maneira? Urbanismo, o que é urbanismo? A maior parte aqui é leiga não conhece nada, poucos conhecem. Depois o outro item, o item que vocês querem adotar, esse item seria explicado do que se tratava e a comunidade na hora questionava, aprovava, ou apresentava uma questão. Essa questão seria analisada e depois comunicava, recusada ou aprovada, É o único jeito. Sabe por quê? Porque depois de feitas as audiências públicas, não é nesse governo não, em todos eles, todos é a mesma coisa, eles vêm assim: “Não, não adianta reclamar, nós consultamos em audiência pública e foi aprovado”. Você pode falar mil coisas contra, mas não está discutindo o Plano Diretor. “Não, foi aprovado e foram feitas dez audiências públicas, vinte audiências públicas”.. Há uma questão para mim nesse governo, como os muitos anteriores. Olhem bem, os anteriores, todos eles erram, sempre erraram e persistem nos erros. Nós do CCRON, comentamos, escrevemos, vamos ao Ministério Público... Estão fazendo construções irregulares na beira da lagoa. Não é casa não, é hotel, é casa de cômodo, a minha testemunha está aqui, é o Boechat. E ninguém faz nada. Isso tudo está sendo desvirtuado, a situação da ciclovia. Agora vamos a outro ponto, um ponto novo. A senhora sabe que a Rua das Graças. Por que foi bloqueada? Por que a SOPRECAM (Sociedade Pró Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas) quer que Camboinhas se torne condomínio. Então fechando as entradas e saídas para decretar poder e transformar em condomínio. Esses bloqueios dessas entradas lá da Rua das Graças e outras são bons pra segurança.. Agora, como é que a ambulância e o corpo de bombeiros vão poder atender os moradores? Como é que os comerciantes vão ficar sem os seus clientes que vão almoçar naqueles restaurantes? E no verão pegar aquela fila enorme? Não vai poder voltar pra casa por que a fila é enorme. Isto é um absurdo por que rua não pode ser bloqueada. Não pode Camboinhas não ter uma linha de ônibus. O operário que trabalha lá em Camboinhas ele anda quilômetros e quilômetros para trabalhar. É pedreiro, é garçom, é doméstica. É lógico que é atividade, ele anda sob sol e sob chuva anda um, dois, três, quatro quilômetros, é desumano. Por que atende o rico e não atende o pobre? Eu acho que quem mora em Camboinhas devia ter vergonha. Eu falo e repito isso há anos e anos, e ninguém se incomoda, estão acomodados. Estão favorecendo aos ricos e se esquecendo dos pobres. É absurdo esse fechamento de rua não pode ser concretizado. Espero que vocês, que estão aqui representando o governo, tenham o bom senso de dizer: Nós vamos derrubar essas entradas. Muito obrigado.

RENATO BARANDIER – Obrigado, Sr. Gilson. Ainda temos aqui duas perguntas por escrito que eu vou ler aqui. Uma da Sra. Andreia Cristina: Como será a questão do trânsito na saída do túnel, Avenida Sete e Avenida Seis, saída do Fazendinha e os impactos previstos para os moradores do Fazendinha? E como será a questão da ciclovia? Primeira pergunta. A segunda pergunta do Sr.

Daniel Reis, ele pergunta ou comenta: No caderno de mapas, o Vale Feliz aparece junto de áreas de interesse social, qual o motivo? Quais são os dados que foram analisados? Eu vou começar respondendo aqui pelas perguntas que são mais objetivas. O Daniel Reis está aí presente? Você diz no documento que foi publicado na internet? Você sabe me dizer qual o caderno? No item 5.3.3.2 do diagnóstico, sabe me dizer? Eu vou verificar. Particularmente, esta questão eu não me recordo. Não era para estar o Vale Feliz como... O loteamento pelo menos não. Depois a gente vê com detalhe isso, a gente abre aqui, não tem problema. Sra. Andrea Cristina está presente? Bom, de qualquer maneira a Secretária Verena vai responder. Então serão feitas as considerações aqui, eu vou passar a palavra pra mesa para fazer todo os comentários pertinentes em relação a tudo que foi falado aqui. Por favor, Secretaria Verena.

VERENA ANDREATTA – Eu queria comentar aqui que nós estamos apontando solução para o que está sendo trazido pelos moradores, então, uma solução de consenso será aplicada. Já tivemos duas reuniões e teremos uma outra reunião no dia 23, às 16 horas no gabinete do Vice-Prefeito. Então, a resposta é essa. Eu comecei a responder sobre uma questão escrita da Andreia que comenta aqui, ela pergunta como será a questão do trânsito na saída do túnel, em relação ao bairro da Fazendinha. O que eu estou respondendo é que nós já fizemos várias reuniões, estamos ouvindo as propostas dos moradores, já há uma solução de consenso em relação de que o trânsito na saída do túnel não entre, não tenha entradas diretas para a Fazendinha de forma a preservar a comunidade que ali vive, por que são ruas estreitas e por questões de segurança. E nós vamos adotar essa solução está sendo apresentada consensualmente entre dois grupos e vamos ter essa reunião específica sobre esse assunto lá no urbanismo.

RENATO BARANDIER –Talvez o maior item mais bem informado depois da “divulgação” seja a questão da governança do Plano, eu já escutei isso em algumas outras oportunidades porque o Plano Diretor tem algumas limitações, uma lei não projeta a cidade, ele não determina, ele não tem planilha de custos, cronograma de desembolso, mas ele tem que determinar de alguma forma as diretrizes para que problemas sejam resolvidos e problemas que resolvam a vida das outras.

RENATO BARANDIER –Foi apresentado tudo que já foi feito até agora. Desde outubro do ano passado fizemos o primeiro diagnóstico para entender, compreender os processos, os fenômenos que estão gerando, repercutindo esses problemas todos que a cidade toda verifica hoje. Depois foram feitos os trabalhos dos cenários para ver quais são os caminhos que a cidade toma, qual rumo que a cidade toma se nada for feito. Agora a gente está começando a estabelecer as diretrizes. O Plano ainda continua nas próximas etapas. Mesmo depois que ele for enviado à Câmara ele não está automaticamente aprovado, outras audiências obrigatoriamente deverão acontecer, mas cada etapa no seu momento oportuno. Não podemos discutir hoje, por exemplo, parâmetro construtivo se a gente não souber qual é a diretriz que tem ser obedecida e observada. Assim como não tínhamos lá na época do diagnóstico como discutir diretrizes, é um processo. A gente precisa ter presente que é um processo.

RENATO BARANDIER – Professora Regina, estamos discutindo, a gente não está encerrando a discussão. Eu não estou entendendo, a gente não está encerrando a discussão.

RENATO BARANDIER – Professora, todo mundo ouviu a senhora falar aqui onze minutos, por favor. Eu estou apenas explicando.

RENATO BARANDIER – O que vocês querem discutir ninguém aprovou. A gente observou diversas propostas importantíssimas para o Plano Diretor, pessoas que estão vindo aqui contribuir. O Plano Diretor... não está acabando hoje, isso aqui é um processo que continua. Segunda questão, precisamos discutir diretrizes, ainda que macro por causa do macrozoneamento das macroáreas porque são as diretrizes que vão nortear o detalhamento tanto do Plano quanto das suas leis acessórias, como o do Plano Urbanístico da Região Oceânica que esse sim trás lá, já balizam se é mais alto, se é mais baixo, taxa de ocupação, se é mais espraiado, se mais compacto. É no PUR da Região Oceânica que entra, mas se não tiver o Plano Diretor orientando a política urbana, cada um vai tomar uma direção ou rumo, casuístico por sinal, dependendo de quem estiver lá discutindo naquele momento. Então, essa é a finalidade do Plano, evitar que tudo isso aconteça. Bom, o Plano tem primeiro que resolver questões de governança que consigam materializar as boas diretrizes. As pessoas mencionaram aqui algumas boas diretrizes que foram propostas. E como materializar isso? É importante que o Plano também traga mecanismos que viabilizem. Não adianta dizer, o Plano chegar e dizer que todas as calçadas da cidade tem que ter cinco metros de largura se de repente tem ruas que tem nove de testada. Ou seja, seriam dez metros de calçada numa rua que tem nove de testada. Percebe a inviabilidade? O Plano precisa então trazer formas de se materializar aquilo que ele está preconizando. Alguém aqui fez um comentário muito realista da realidade das prefeituras atuais, são cinco mil e seiscentos municípios no Brasil, talvez sessenta estejam fechando suas portas no azul esse ano, em torno de cinco mil e quinhentos com déficit. Tem que se ver mecanismos de financiamento dessas propostas que estão sendo trazidas no Plano, senão vai ser engavetado, não vai se materializar. Eu queria trazer a questão da revisão do Plano Diretor de Niterói. Uma das orientações que estão sendo revistas, que entendemos que precisa ser revista do Plano de 92, é essa orientação de conter o crescimento, como se Niterói fosse infinita, de promover o espraiamento urbano como se não houvesse limites do recurso do solo no município, realmente é muito escasso, são cento e trinta e três quilômetros quadrados, já foram consumidos quase que metade desse estoque de território. O que fazer com a outra metade? Vamos preservar ou vamos continuar permitindo essa reprodução dessa lógica de crescimento horizontal. Essa é uma revisão de orientação muito importante que o Plano traz, se a gente está enfrentando problemas hoje de planejamento urbano é porque algumas soluções foram trazidas pelo Plano de 92 e alguns problemas vêm sendo provocados por determinadas orientações daquela época que eram super normais. Estamos vinte e cinco anos depois aqui realizando essas orientações e essas validações do pleito. E têm diversas outras questões aqui mais pontuais, eu não queria abusar da paciência de todo aqui. Vou passar para a Secretária Verena se ela quiser também pontuar essas questões de forma mais *vis-a-vis* e o Gabriel, Subsecretário de Meio Ambiente também aqui, fica aberto aqui. Vou passar primeiro para o Subsecretário e a Secretária Verena Andreatta faz o fechamento, já agradecendo a todos a paciência. Obrigado.

GABRIEL MELLO CUNHA – Só para colocar mais algumas questões sobre saneamento e drenagem. A professora Heloisa Freire da UFF falou sobre plano de drenagem. Professora, a gente já conversou, existe o plano de drenagem que é um dos escopos da revisão do plano de saneamento ambiental que vai ser licitado pelo Estado, Governo do Estado, dinheiro do BIRD que vai financiar. O mais difícil era fazer o Termo de Referência para o plano de saneamento ambiental que envolve drenagem, resíduos sólidos.

GABRIEL MELLO CUNHA – Plano de resíduos sólidos é macrodrenagem, microdrenagem, tratamento de água e esgoto e distribuição de água, isso é o plano de saneamento ambiental. Esse plano já tem um Termo de Referência pronto e está no Estado para licitar. Uma ajuda que seria possível era justamente a gente pressionar o Governo do Estado, seja com os nossos deputados estaduais, sejam com pessoas que tem o conhecimento para poder licitar logo isso, porque eu pressiono todo dia o Governo do Estado sobre isso, eu entro em contato com ele, tenho todos os e-mails registrados. Então, a gente está tentando justamente concretizar isso, já existe verba destinada, o mais difícil é ter uma Secretaria de Meio Ambiente ou uma Prefeitura que tenha corpo técnico para poder fazer isso, pra fazer o Termo de Referência. A partir do Termo de Referência a gente vai poder justamente licitar, então, ou seja, a Secretaria de Meio Ambiente e a Prefeitura de Niterói, elas já cumpriram a etapa delas, a meta delas que era fazer o Termo de Referência, isso já está pronto e está com diretrizes atualizadas com o que há de mais moderno em termo de saneamento. Falta o Estado fazer a parte dele. A partir do momento que o Plano for licitado vamos ter os projetos executivos. Teve um senhor aqui que perguntou: como é que a gente vai saber que as diretrizes vão ser concretizadas? Existem para cada linha de diretriz, existem projetos. Você estabelece as diretrizes, são os princípios fundamentais das ações e a partir daquelas ações, daqueles desdobramentos, daquele zoneamento, o produto final disso são os projetos executivos. O que são os projetos executivos? Plano de saneamento ambiental. O que a gente precisa fazer pra universalizar a distribuição de água, o tratamento de esgoto, o saneamento? Não adianta você fazer um plano de drenagem se você não fizer um plano de resíduos sólidos atual, real, e que atenda a necessidade das pessoas. Não adianta você fazer um plano de distribuição de água se você não tratar o esgoto das pessoas. Tem que estar tudo amarrado, por isso se chama plano de saneamento ambiental, para atacar todos esses escopos. Isso é importante, isso está feito, isso está nas diretrizes para o desenvolvimento sustentável do município.

RENATO BARANDIER – Nobre vereador Paulo Eduardo, na figura que estou aqui momentaneamente presidindo esta audiência, me solidarizo com a questão trazida pelo vereador Paulo Eduardo Gomes, vou repreender aqui a manifestação que aconteceu e, por favor, vou pedir aqui de novo para escutarmos aqui atentamente o Subsecretário que está tentando responder a todos, a maior parte das pessoas possível.

GABRIEL MELLO CUNHA –o status do plano de saneamento ambiental está disponível no nosso site e todo cidadão pode acompanhar entrando lá em serviços-plano de saneamento, você vai estar acompanhando diretamente no site oficial quando foi licitada a empresa. Isso aí está disponível para todo mundo. Quanto à questão da Rua 54 não foi a Secretaria de Meio Ambiente que legalizou, como a gente sabe já existe uma demarcação territorial ,ou seja, a Secretaria de Meio Ambiente não tem competência de legalizar uma área que não existe num Plano Diretor, que não existe num Plano Urbanístico, uma previsão do uso do solo. E vamos fazer o levantamento da Rua 54 sim, e vamos verificar em que status está a situação. Fernando Tinoco falou sobre o Engenho do Mato, as propostas entraram de forma genérica porque o momento. Ele falou muito bem a questão das propostas que entraram de maneira genérica. Porque nessa fase do Plano Diretor a gente está tratando das diretrizes e as diretrizes elas são genéricas. Há a necessidade de construir um projeto de lei. Então, no plano de saneamento, por exemplo, como a professora Heloisa da UFF estava falando, você vai ter projetos executivos. O Plano vai estabelecer metas, a meta que você vai querer alcançar, no tempo que você vai querer alcançar, para o padrão de qualidade ambiental que você quiser atingir. Você vai fazer, para essas metas serem cumpridas, projetos executivos. Então é isso que a gente precisa ter, diretrizes discutidas, bem marcadas. E aí sim, o cidadão nesse projeto

executivo ele pode participar e muito. É uma diferença do que não tinha em 92 e que tem hoje significa apenas a tecnologia da informação. É óbvio que as coisas não ocorrem às vezes da maneira ótima como a gente quer, mas vai acontecer de maneira boa, vai acontecer da maneira que vai acontecer e se a população puder ajudar e colaborar com certeza será bem-vindo. E qualquer cidadão pode abrir um processo na Secretaria de Meio Ambiente como eles dois e acompanhar a sua demanda. Uma declaração, um pedido, isso está aqui registrado gente, é só fazer. O cidadão tem essa possibilidade hoje, é só pra deixar isso claro

GABRIEL MELLO CUNHA – O próximo ponto, então, é quanto ao Ninhal. A Sueli Pontes falou sobre o Ninhal. A gente está verificando esse zoneamento ambiental específico, mas se eu não me engano já faz parte do PARNIT, está dentro do Niterói Mais Verde, mas eu vou verificar essa informação. Está bem?

GABRIEL MELLO CUNHA –o. Muito obrigado, Sueli, pela sua contribuição construtiva que ajuda a identificar as áreas que precisam de atenção do município. Qualquer dúvida que vocês tiverem, por favor, entrem no site da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, www.smarhs.niteroi.rj.gov.br. Entra lá, veja, critique, faça o comentário que vocês quiserem, tem no site uma coluna lá para receber propostas, a gente pode agir conjuntamente com o cidadão e é esse o objetivo do site. Por gentileza, então eu peço a todos que entrem no site, verifiquem, critiquem, deixem lá uma contribuição ou críticas também. Está bem? Muito obrigado

RENATO BARANDIER – Gente, essa é a primeira de cinco audiências públicas, não acaba aqui. Não acaba aqui. Eu gostaria de passar a palavra para a Secretária Verena para fazer as considerações dela em relação a tudo que foi trazido de contribuição hoje aqui.

COMENTÁRIO DE UM PRESENTE - Foi feito um convenio com o Governo Federal, com o município de Niterói, R\$ 13 milhões pra fazer a drenagem de Santo Antônio. Isso no governo anterior. A drenagem começou, quando no início do ano tivemos uma audiência pública com o Rodrigo Neves, informamos e o vice –prefeito Axel Graef disse que Santo Antônio especificamente não estava contemplado dentro dessa macrodrenagem da Região Oceânica. Existe na Caixa R\$ 7 milhões do Governo Federal e nós fizemos duas reuniões com o Graef, gravamos uma delas, e depois de tanto tempo, um projeto que começou e parou, temos que fazer uma avaliação técnica. Foi feita uma licitação. Mudou o cronograma, tem tudo gravado, tudo está em ata de assembleia, Mas, enfim, foi feito no edital, dentro do cronograma pra fazer a obra de drenagem do Santo Antônio e não foi adiante.

COMENTÁRIO DE UM PRESENTE – Santo Antônio não está dentro da macrodrenagem e tem mais de sete milhões na Caixa Econômica Federal.

RENATO BARANDIER – Pra poder encerrar a audiência aqui eu vou passar para a Secretária Verena. Por favor, gente. A gente está há três horas aqui, eu vou passar para a Secretária Verena Andreatta fazer o encerramento, está certo? Ela tem aqui considerações a fazer.

VERENA ANDREATTA – Bom, eu vou passar aqui por algumas respostas, eu vou dar algumas respostas aqui. O Paulo, ele já não está aqui presente, mas ele fez uma pergunta que eu acho que é fundamental, que vale a pena que nós reflitamos sobre ela. Como é que a gente acredita no Plano Diretor, como é que ele se vira com a realidade? Os Planos Diretores urbanos refletem normalmente as condições sociais e econômicas pelas quais a sociedade expressa seu desejo de lidar com a sua cidade, com a sua polis, como disse o nobre Vereador. É um momento político sim, estamos pensando na cidade que queremos viver e esses planos refletem, então, esse momento socioeconômico no qual estão sendo elaborados ou foram elaborados. O Plano de 92 foi um plano bastante avançado para a época, ele foi um plano bastante interessante e se hoje Niterói tem a condição urbana e ambiental que tem é devido a esse plano que feito há vinte e tantos anos atrás. Um plano que preservava muitas áreas verdes, ele foi feito sobre a hedge do movimento da ecologia que entrava no urbanismo, o movimento da ecologia no urbanismo foi muito forte, e por isso hoje Niterói tem cinquenta e seis por cento do território com áreas naturais, lagunas, Mata Atlântica, áreas verdes e tem quarenta e seis por cento de áreas urbanas. Então foram explicadas aqui áreas adensadas, bairros que cresceram em função dos trilhos dos bondes, áreas já consolidadas onde setenta e três por cento da população vive e áreas de expansão. No Plano de 93, pena que o Paulo não esteja aqui, mas saiu a proposta de uma ligação com túnel e infelizmente as condições sociais e econômicas naquela época não permitiram que a cidade construísse esse túnel, construísse uma infraestrutura de transporte urbano coletivo como está sendo feito hoje. Hoje nós já estamos aí com uma obra que já é realidade e estava nesse plano de 92. Então, essa ligação com a realidade não acontece imediatamente. O Tinoco aqui deixou uma boa contribuição, acho que era importante dizer que esse plano ele pode contemplar ações com cronograma específico, com plano de ação que você diga vamos priorizar e vamos determinar que a cidade realize tal e tal ação em tais e tais fases. É importante. A gente pode *linkar* isso com recursos, a cidade tem recursos, ou está buscando recursos, não é? Se a cidade teve capacidade de buscar recursos para a Região Oceânica, se a cidade teve condições de ir na CAF, na cooperação de fomento, buscar também R\$ 100 milhões para completar essa infraestrutura de drenagem e saneamento que cuja origem foi comentada aqui, esses loteamentos, a professora Heloisa levantou muito bem, essa questão do saneamento e da drenagem vem de loteamentos implantados na década de 60 e 70 e não foi implantada essa infraestrutura. Então, há um déficit que está aí colocado há anos e que agora a prefeitura está tentando sanar esse problema, que já vem de décadas, com projeto de asfalto, com projeto de drenagem. Infelizmente, o Boechat tem razão, o processo da drenagem de Santo Antônio já foi e voltou para o Tribunal de Contas dez vezes, quer dizer, houve um empenho do governo de fazer essa drenagem, a situação foi realmente dramática. Estive em umas das reuniões e pude ver, obviamente, a situação dramática. E existe um processo para que essa obra seja feita. Então, queria agradecer aqui a Leila Santos que fez também contribuições, deu contribuições importantes, deixou sugestões e um documento por escrito. O Renatão do Quilombo também colocou aqui a falta de projeto social. Acho que o Plano Diretor deve incidir nessa questão de elencar essas comunidades tradicionais e colocá-las como comunidades que têm interesse cultural, acho que é muito importante, e ele também colocou que a cidade deve ser entendida como um todo. Essa visão de Plano Diretor que nós estamos trabalhando, com os recursos que temos hoje também, não estávamos numa Prefeitura totalmente preparada para realizar esse plano, mas fomos buscar apoio na Fundação Getúlio Vargas, com os recursos próprios, com equipe própria e em sinergia com as outras secretarias, estamos buscando fazer o melhor. Agora, falhamos talvez na comunicação? Falhamos. Agradeço àqueles que se dispuseram a colaborar conosco e avisar aos vizinhos, aos amigos, às suas associações de moradores. E faço aqui um apelo, além da gratidão de todos aqueles que puderam divulgar esses eventos, gratidão daqueles que se empenharam, o cronograma está no site, volto a solicitar, pedir, fazer um apelo para que leiam o site, vejam as datas. Esse documento, também foi feito um apelo aqui, que eu registro, que amanhã certamente comento aqui que, essa apresentação que foi elogiada, que é resumida, mas acho que ela aborda

muito bem a intenção, uma intenção que não é só nossa, é uma intenção que vem de uma construção conjunta, uma construção que veio das propostas das devolutivas que o Tinoco chamou. O que são essas devolutivas? As propostas vieram das audiências públicas que falavam dos diagnósticos, dos cenários e as diretrizes também da Conferência da Cidade que estão sendo incorporadas, então, vamos colocar no site essa apresentação, ela resume bem. Estão todos convidados para a irem a todas as outras reuniões, essa apresentação não é exclusiva só para a Região Oceânica, obviamente a gente está levantando as questões locais, mas podem vir nas reuniões do Centro, Praias da Baía, Região Norte e da Região Leste. Ricardo também propõe aqui uma questão de governança, acho que é uma proposta também. Temos que pensar na governança desse plano, acho que é a grande questão. Enfim, sobre a Rua 54 nós vamos responder mais especificamente e Fernando Tinoco eu já falei das propostas de ação que podem ser incorporadas dentro do plano. Sueli Pontes também deixou uma proposta interessante aqui, esse santuário do Ninhal tem que ser preservado, o Plano Diretor deve garantir essa proteção. Agradeço suas contribuições. E o Gilson também. Gilson sempre tem colaboração, uma opinião para trazer aqui. Vamos tentar construir essas linhas de ônibus que integrem esses bairros que estão um pouco longe, um pouco distantes, com dois, três quilômetros da Transoceânica, para que eles se integrem no corredor do BHLS. Bom, então era isso. Eu queria terminar, agradeço a presença de todos por estarem aqui até essa hora dando suas sugestões e opiniões. Agradeço mais uma vez, dia 23 temos uma nova audiência, convidamos a todos para participarem. Muito obrigada e boa noite.

TÉRMINO DA TRANSCRIÇÃO